

EDITORA

UFG - IQG

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

BOLETIM GOIANO DE

GEOGRAFIA

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL - VOL. 2 Nº 1 - JANEIRO/JUNHO 1982

ISSN 0101-708X

SOBREVIVÊNCIA DE TRADIÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS NUM ESPAÇO AGRÍCOLA EM PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO

Maria de Sousa França (*)

No meio rural das diferentes regiões brasileiras depara-se com um maior acervo de tradições, de persistências socio-culturais integrando o universo dos agentes sociais.

No ciclo anual das festas religiosas das populações do campo, ou melhor, na sua "*rotina ritualizada*", a Folia do Divino assume grande inportância, quer pela sua continuidade historica, pois vem dos primeiros anos da colonização do Brasil: quer pela sua difusão pelo território nacional e a grande influência que ainda exerce como prática religiosa coletiva, que aglutina elementos dos vários status sociais. Nos locais em que ainda é realizada, esta festa se projeta como a principal comemoração religiosa anual.

Em Goiãs, a evocação do Divino Espírito Santo é latente e ainda é concretizada através de um ritual arcaico, mesmo em numerosos centros urbanos. A expressão social e cultural das festas promovidas em louvor ao Divino liga-se à natureza da evolução da sociedade local, sustentada por uma base econômica essencialmente rural.

O espetáculo oferecido pelo desenrolar do ritual de um "*pouso de folia*" do Divino sugeriu-nos o presente artigo. Trata-se de uma festa de grande prestígio, que conta com meio século de realização anual ininterrupta. Apresenta também a peculiaridade advinda do fato de ter como suporte uma área agrícola situada no eixo geo-social mais modernizado do Estado de Goiãs. O evento conserva intactos todos os elementos de caráter arcaico que caracterizam o desdobramento do seu ritual. Pelo prestígio que conserva, continua atraindo, como no passado, membros das diversas camadas que compõem as sociedades da sua área de alcance.

(*) - Professora do Departamento de Geografia - IQG - UFGO.

O "pouso de folia", que nos ofereceu oportunidade de observação, realizou-se em agosto de 1980, numa fazenda às margens da rodovia que leva de Anápolis a Belém (a BR-153). O local da festa se situa a apenas 35 km do primeiro centro urbano (1).

A festa compunha um conjunto heterogêneo e colorido, formado pela reunião de elementos procedentes das cidades mais próximas e de rurícolas locais e de municípios vizinhos, todos participantes de um ritual de características predominantemente arcaicas.

A comitiva do Divino formava-se, na sua grande maioria, por homens do campo de tez curtida, indumentária simples e atitude reverente. Completava o grupo, elementos de aparência nitidamente citadina, cujo principal indicativo, era o uso de sofisticadas calças padronizadas como "Lee". Todos formavam o séquito de cavaleiros que ali chegaram conduzindo a bandeira.

Na sede da fazenda, cujo proprietário patrocinava o pouso, o ar festivo da recepção emanava de uma mistura de cidadãos e composeses, de cavalos e veículos motorizados. A casa, de estilo arquitetônico moderno, entronava num altar armado na sala principal, a bandeira e a coroa do Divino. Para ampliar o espaço coberto, levantou-se uma ampla barraca. O colorido do ambiente era dado pelas bandeirolas e flores de papel multicoloridas. O calor da festa traduzia-se pelo borborinho dos risos e conversas do encontro de amigos e parentes. De quando em vez a animação é aumentada pelo espoucar de fogos de fabricação caseira e pelo som da música. Este se faz presente em todas as partes rituais. Estas são seguidas pela dança folclórica conhecida regionalmente como catira. O quadro tornava-se mais vivo pela iluminação elétrica que se distribuía através de dezenas de lâmpadas. Vários tachos de comida demonstram a fartura que a ocasião tradicionalmente requer, merecendo destaque a grande quantidade de carne (2).

O evento, representando uma convergência de elementos de várias ordens (econômica, social, política, religiosa), constitui uma manifestação cultural carregada de significação, mesmo ao nível da aparência. A sucessão das várias partes do ritual do "pouso de folia" suscita ao observador indagações várias, dada a sua complexidade resultante do cruzamento de elementos religiosos e profanos; o que lhe confere a riqueza de conteúdo. Os

contrastes formados pela combinação de elementos que compõem o quadro social do "pouso de folia", marcam a sua peculiaridade. É peculiar como forma de persistência social e cultural num espaço agrícola cuja organização, face ao atual estágio das forças produtivas, passa por mudanças profundas como parte de um processo histórico que alcança grande amplitude geográfica em Goiás.

Este estudo não tem a pretensão de fazer uma interpretação a partir, por exemplo, de um esquema teórico de cunho sociológico ou antropológico. Constitui um ensaio despretencioso, cuja preocupação é tentar apreender na peculiaridade representada pelo espetáculo ora referido, a manifestação da realidade atual da organização espacial de uma pequena fração do sul do Estado.

Com esse objetivo o enfoque se orienta, em primeiro lugar, para a restituição das linhas gerais da apropriação histórica do solo. Este é considerado recurso natural básico em vista da natureza do processo de exploração agrícola que determinou o estabelecimento das estruturas herdadas pela sociedade atual da área em que a festa se circunscreve.

Em segundo lugar, enfatiza-se as tendências atuais da organização social, a partir dos elementos estruturais. Objetivamente utiliza-se alguns indicadores para a constatação das mudanças que se processam na estrutura da posse fundiária e na organização das atividades produtivas.

Finalmente coloca-se uma outra ordem de elementos componentes do espaço social. São os elementos culturais, que são determinados pela herança histórico-social e pelas transformações que se operam nas duas ordens de elementos anteriormente mencionadas. Certas características da cultura serão abordadas para a compreensão da Folia do Divino como um fenômeno localizado. Uma prática social que patenteia a clara persistência de valores e atitudes tradicionais num espaço em que são latentes as influências de forças urbanas e industriais, que se fazem concretas através da veiculação da informação e do consumo.

Neste ponto é indispensável proceder a delimitação espacial do tema, para que o entrelaçamento dos componentes da organização do conjunto social que serve de suporte à Folia assumam sua real significação.

No sentido da amplitude geo-social da festa, em termos dos elementos que efetivamente dela participa, leva-se em consideração dois critérios. De uma parte, toma-se em consideração a procedência municipal dos componentes do séquito, ou melhor, os foliões. De outra parte, toma-se como referência a área compreendida pelo percurso da bandeira, ou seja, o "giro" do grupo, do primeiro ao último pouso(3).

O primeiro critério confere à folia uma grande amplitude espacial. O seu cortejo conta regularmente, em cada ano, com presenças de pessoas procedentes dos municípios de Anápolis, Pirenópolis, Goianápolis, Ouro Verde, Petrolina, São Francisco e Jaraguá.

Tomando por base o percurso de 1980 e, considerando ainda a origem e a regularidade da promoção da festa, a partir do início dos anos 30, a extensão reflui. Tais referências levam a considerar o papel das lideranças no exercício do controle do evento no passar desses anos. Nesse sentido pode-se afirmar que a folia apoia-se numa área de dimensão menor, sendo considerada aqui como sua área nuclear. Trata-se de um conjunto rural que se situa no encontro das terras pertencentes aos municípios de Anápolis e Pirenópolis. Suas terras são drenadas pelo ribeirão Padre Souza, na alta bacia do rio Tocantins. Essas terras descem para o norte imediatamente após o divisor das águas das bacias dos rios Paranaíba e Tocantins. A área é tradicionalmente considerada como a extensão norte da parte central da mata que tinha a denominação local de "*Mato Grosso de Goiás*" (4).

Em vista da proximidade da área rural em foco com Anápolis, para esta cidade são canalizados os fluxos da sua vida social. Essa ação polarizadora sugere que se tome como marco de referência os dados sobre o Município de Anápolis, que permitam elucidar a realidade social local ao nível dos fatos, quer sejam alusivos ao passado histórico, quer se refiram ao seu estágio atual.

Passamos à delimitação da dimensão temporal do espaço para o ententimento do processo de fusão dos elementos que, concretamente conferem à trama da vida social as particularidades resultantes da interpenetração do passado e do presente.

A singularidade do quadro social formado pela festa do "pouso de folia", evidencia o desenrolar de um processo sub-regional, que vem determinando a conjugação de forças externas inovadoras com as forças locais, historicamente existentes. Ope-ra-se, portanto, o impacto de forças modernizadoras num espaço de base agrícola em que persistem forças mantidas por uma estru-tura social tradicional.

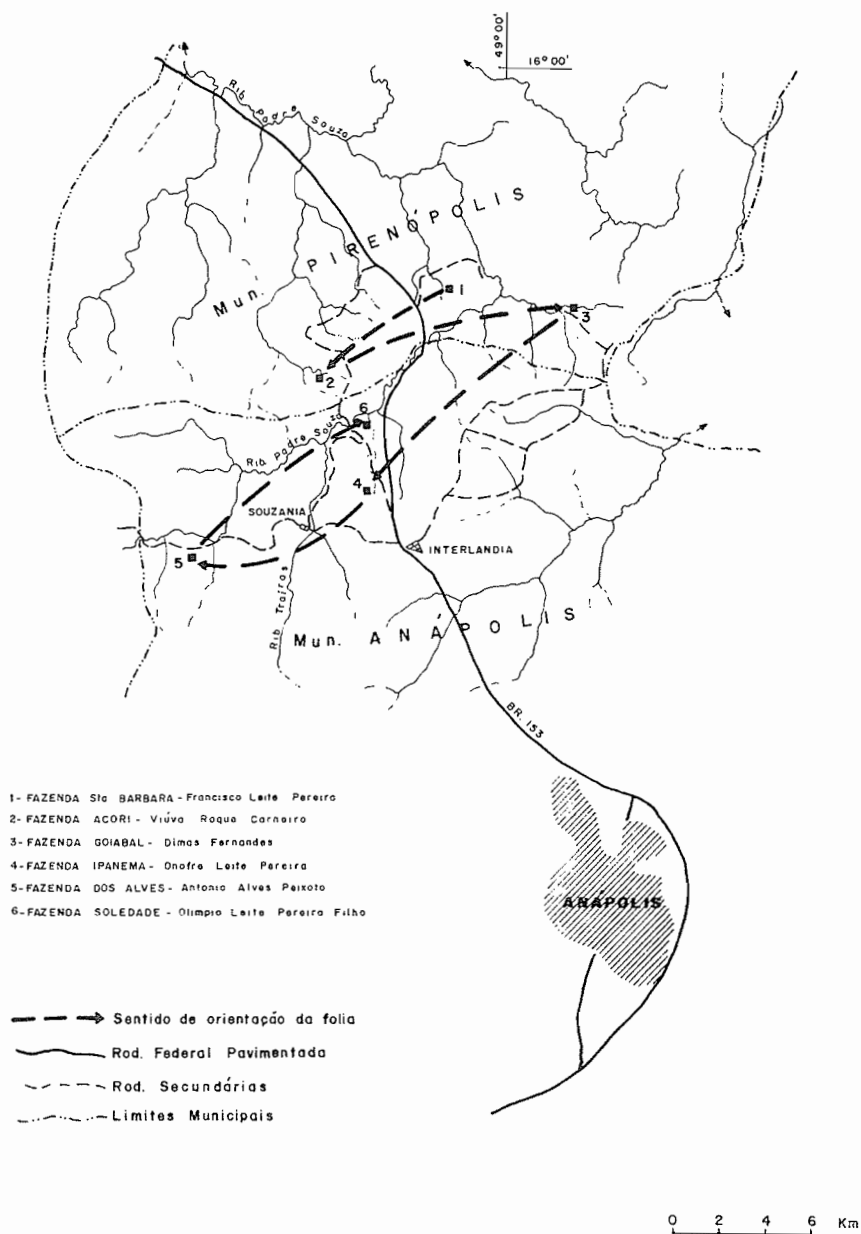
Daí a conotação dada, neste trabalho, aos termos "mo dernização" e "tradicionalismo".

A palavra "modernização" é utilizada para indicar a adoção e a difusão de inovações nas práticas agrícolas. Esse fe-nômeno vem se generalizando no Brasil a partir de 1960. Nas por-ções meridionais de Goiás a modernização da agricultura vem ga-nhando expressão, de maneira mais ampla e relativamente acelera-da, a partir dos anos 70. Até então a evolução regional do ní-vel de produtividade do trabalho agrícola foi incipiente e, por demais lenta. É generalizada a continuidade de formas arcaicas e rudimentares no processo de produção rural, herdadas dos perí-odos históricos anteriores. Usa-se aqui a denominação de "tradi cional" ou "tradicionalismo" para as persistentes condições técnicas, sociais e culturais.

1 - A ÁREA NUCLEAR DA FOLIA DO DIVINO FACE À EVOLUÇÃO HISTÓRICA REGIONAL

Objetivando a compreensão do estágio atual da articu-lação concreta dos elementos materiais e humanos circunscritos no espaço delimitado (os agentes sociais, os meios de trabalho, as funções e as atividades), torna-se necessário conhecer as li-nhas gerais do seu conteúdo histórico. Com este intuito é im-prescindível recuar no tempo para enfatizar a natureza dos pro-cessos sociais que determinaram o estabelecimento das estruturas sociais legadas pelo período histórico que antecede o atual. Nes-ta perspectiva a ênfase é dada ao espaço de tempo que se esten-deu de 1930 a 1960. O despontar do decênio de 1930 constitui um marco temporal significativo para os limites deste trabalho. Mar-ca a aceleração do movimento de ocupação local através da expan-são das lavouras. Desde o último decênio do século XIX o Sul; de Goiás se esboçara como uma frente de expansão agrícola, cujas potencialidades foram lentamente alimentando o movimento de ocu-pação e povoamento. Este movimento, provocando mudanças na orgã

ÁREA NUCLEAR DA FOLIA DO DIVINO NA BACIA DO RIB. PADRE SOUZA



nização espacial, consolida-se na parte nuclear da sub-região do "*Mato Grosso de Goiás*" no decorrer dos anos 30. Por essa época, mais precisamente, por volta de 1932, tem início a Folia do Divino, aqui especificamente abordada. Daí porque o interesse em apreender as condições sociais e culturais que envolvem a promoção inicial da festa e sua continuidade, constitui também a razão da fixação daquele período da história regional.

A expressão social da faixa central da Micro-Região do "*Matro Grosso de Goiás*" é relativamente recente.

Na atualidade essa extensão do território goiano é considerada como um espaço de ocupação antiga, face ao movimento de expansão agrícola que ora atinge o norte do Estado.

O velho "*Matro Grosso de Goiás*" nas duas primeiras fases da história de Goiás, pela natureza dos seus recursos naturais, não atendia aos interesses imediatos dos colonizadores. Por esta razão a área só passou a atrair efetivamente as correntes povoadoras a partir dos primeiros decênios deste século.

Na fase mineradora a sub-região, por sua situação entre duas concentrações auríferas, funcionou como área de interligação. Do lado oeste exploravam as minas polarizadas por Vila Boa e em direção contrária, florescia um conjunto mais esparsos constituído pelas minas dos Pireneus, de Corumbã e do Córrego do Jaraguã. A mata foi cortada pela primeira via de circulação, a Estrada do Sudeste que, desde 1733, precariamente fazia a ligação da capital de Goiás com Minas Gerais e a Corte (5).

Na segunda fase da história regional, que se define no início do século XIX, a natureza das atividades de exploração não estimulou o aproveitamento da área coberta pela mata. Difundiu-se a criação extensiva apoiada na existência de amplas pastagens naturais. Paralelamente desenvolvia-se o sistema de roças para satisfazer as necessidades locais de consumo.

O movimento efetivo de ocupação e povoamento do velho "*Mato Grosso de Goiás*" se insere no processo de formação do mercado nacional, que se esboçou a partir dos meados dos anos de 1880. Tal movimento foi condicionado pela construção das ferrovias de penetração: a Paulista, a Mogiana, a Oeste de Minas e a Estrada de Ferro de Goiás (6).

Novas perspectivas se abriam à medida que as ferro vias avançavam para o Oeste, fundadas nos primitivos projetos , que previam a conexão do transporte ferroviário com a navegação fluvial. As vias naturais do Araguaia e do Tocantins, nesse sen tido, deveriam completar a ligação do Parã, Goiás e Mato Grosso com os portos do Rio de Janeiro e Santos e também com o sul do Brasil (7).

Antes que essas condições fossem se concretizando for mava-se, a partir dos primórdios de 1870, o núcleo populacional que deu origem à cidade de Anápolis. Suas terras pertenciam ao Município de Pirenópolis. Em 1887 aquele núcleo era elevado à categoria de vila, que deveria sediar o município então criado. Este foi instalado em 1892, com o nome de Sant'Ana das Antas.

Situada na rota do gado e do fumo, a vila foi fragil mente apoiando a formação social do território municipal. Desem penhava funções comerciais e religiosas, cujas limitações eram impostas pela incipiência dos meios de transporte.

O fumo representava o principal produto da lavoura destinado à exportação. Destacavam-se como principais produtores regionais os municípios de Bela Vista, Piracanjuba, Antas e Pi renópolis. Com a proximidade do transporte ferroviário no Triân gulo Mineiro, o porto de Barreiros tornou-se o principal ponto de arrecadação sobre a exportação de fumo. Aquele porto localiza va-se na convergência de duas estradas: uma partia de Pirenópolis, passando por Antas e Bela Vista e, a outra partia de Morri nhos. Os cargueiros transpondo o porto no rio Paranaíba, se guiam por uma estrada que levava à Araguari, ponto final da Mo giana, desde 1896 (8).

No último decênio do século XIX, dois povoados sur giram no Município de Anápolis: Boa Vista dos Faria (depois re cebeu, sucessivamente, os nomes de Traíras, Aracati e, hoje Sou zânia), formou-se à margem da estrada que conduzia à Jaraguã; na estrada que buscava a Cidade de Goiás, surgiu o núcleo popula cional de Campo Alegre (depois recebeu as denominações de Cerra do e Nerópolis). Souzaânia e Nerópolis se constituíram em distri tos em 1903 e 1904, respectivamente.

As perspectivas de aproveitamento da fertilidade das terras de "*Mato Grosso de Goiás*" foram se tornando mais promissoras com a implantação da ferrovia, a partir de 1910. Com a paralização dos trabalhos de construção de Goiás, em 1915, o porto de Roncador, na margem esquerda do rio Corumbã, passou a desempenhar uma função estratégica. Funcionou como ponto terminal da ferrovia e centro de irradiação dos influxos que passaram a alimentar as forças sociais locais. O porto tornou-se um centro de intenso movimento, funcionando como entreposto comercial e, à medida que as estradas de rodagem iam sendo abertas, articulava extensas áreas na região.

Para aquele ponto convergiam duas estradas de vital importância, pois cortavam o centro agrícola em formação na parte central da mata do "*Mato Grosso*". Uma estrada partia da Cidade de Goiás, passando por Currealinho (Itaberaí), Goiabeira (Inhumas), Campinas (Goiânia), Bela Vista e Santa Cruz. E a outra, ligava Anápolis e Roncador, passando por Bomfim, Brejão e Campo Formoso, cuja construção foi concluída em 1920(9).

O Município de Anápolis, a partir de 1910, passou a atrair maiores contingentes migratórios. Isto foi decorrente das possibilidades oferecidas pela sua posição, que foi adquirindo caráter estratégico. Seu território contava com 3/4 da área constituídos de matas, cujas terras começavam então a ser valorizadas, pois seriam cortadas, de leste para oeste, pela ferrovia cuja construção tivera início.

As terras municipais que passaram a ter maior procura, dada a punjança da dobertura vegetal, pertencem à alta bacia do Meia-Ponte. São terras drenadas por aquele rio e por seus afluentes: ribeirões João Leite, Capivara, Cachoeira e Capoeirão. Nessas terras teve início a formação das primeiras lavras de café, no decorrer da década de 1910. Teve destaque a área que, mais tarde, foi aglutinada pelo núcleo de Nova Venéza.

Entretanto a porção do Município que compõe parte da área em estudo, pertencia, como acontece até hoje, ao distrito de Souzaânia. É a parte do território municipal que faz parte da bacia do rio Tocantins. Ali o adensamento do povoamento ocorreu mais cedo. Com a expansão das lavouras, aquele espaço também passou a ser procurado por maiores contingentes populacionais, Con

forme o mapa anexo, pode-se localizar o espaço drenado pelo ribeirão Padre Souza, cujos principais afluentes no município são os córregos Traíras e Santa Rita. A essa altura deve-se registrar que, em 1911, ali chegaram alguns povoadores procedentes do Município de Bomfim (Silvânia). Esses passaram a integrar um grupo de vizinhança e, alguns anos depois, a coesão entre seus membros era assegurada principalmente pelos laços de parentesco (a família Leite Pereira). Nesse grupo, mais tarde (1932) , surgiram os principais líderes que, desde então, passaram a promover, anualmente, a Folia do Divino ora em consideração.

Mas o período de maior incremento populacional com a consequente expansão dos cultivos, abre-se nos primeiros anos de 1920.

A ligação de Anápolis com o porto de Roncador com a estrada de rodagem finalizada em 1920 e o reinício, em 1921, dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro de Goiás, foram fatos decisivos para a aceleração da ocupação local. A ferrovia foi, gradualmente, ampliando sua função de escoadouro básico da produção e possibilitando maior acessibilidade à terra fértil.

Pelos dados do Censo de 1920, a população do município de Anápolis era de 16.037 habitantes, correspondendo ao um incremento de cerca de 14,5% em relação ao volume estimado para 1910. Em relação à exploração do solo, Anápolis ocupava a quarta posição. Em Goiás, somente três municípios possuíam áreas de lavouras que ultrapassavam 10.000 ha: Catalão, Corumbáiba e Morrinhos (10). A agricultura em toda a Região Centro-Oeste era então incipiente. Goiás e Mato Grosso, em 1920, contribuíram com apenas 2% para o total da produção nacional (11).

O café figurava como a principal lavoura em Anápolis: 2.609 ha com 1.826.500 pés, o que conferia ao Município o primeiro lugar no Estado. Em seguida vinham: o milho (2.561 ha) e o arroz (658 ha) (12).

Naquele decênio três novas povoações surgiram nas áreas rurais: Nova Veneza, Santo Antonio do Capoeirão (Damolãndia) e São João Batista do Meia-Ponte (Brazabrantes).

Passada a crise que atingiu a vida nacional, entre 1929 e 1933, Goiás passa a se beneficiar dos influxos de novas

forças renovadoras. Essas forças são resultantes de profundas transformações no processo de desenvolvimento econômico - social do Brasil.

A partir de 1933, com a recuperação dos efeitos recessivos provocados pela crise de 1929, abre-se uma nova fase na expansão do capitalismo nacional. Essa fase se estende aos meados dos anos de 1950. A ação do Estado começa então a se fazer sentir de forma mais efetiva no estabelecimento das condições básicas do processo político, econômico e social. Define-se, a partir daí, uma clara tendência à predominância da estrutura produtiva da indústria com base urbano-industrial, o que se concretiza, em termos de renda interna, por volta de 1956. O Estado, desempenhando seu papel intervencionista, cria as bases necessárias ao construir a infra-estrutura de energia e transporte.

A agricultura até a agudização da crise nacional, sustentara o setor hegemônico ou agrário-exportador. A partir daí, deve desempenhar novas funções respondendo às pressões da demanda do desenvolvimento global.

A efetivação do movimento de expansão das lavouras na área que ora estudamos, como fração da parte nuclear do "Mato Grosso de Goiás" se insere na dinâmica do novo processo do desenvolvimento agrícola do Brasil. A agricultura local, de um lado, passa a compor o sub-setor de produção de gêneros destinados ao consumo interno, ou seja, alimentos e matérias-primas. De outro lado, com a produção de café, contribui para o sub-setor agro-exportador.

Em âmbito regional, a combinação das forças externas e locais imprimiu um ritmo mais acelerado ao movimento de expansão da fronteira agrícola. A agricultura nacional embora tenha revelado, ao final do período (1955/60), uma notável expansão geográfica, as transformações que se operaram foram superficiais. Em termos estruturais, a economia agrícola conservou suas características tradicionais.

O Município de Anápolis, como todo o sul de Goiás, viveu um processo primitivo de ocupação e povoamento cujas características fundamentais foram:

- reafirmação do caráter rural do espaço;
- ampliação contínua da fronteira agrícola, dado o

caráter predatório do modo de produzir. As lavouras, de caráter temporário, contribuíram para reproduzir a economia de criação, pela reprodução contínua de pastagens;

- desenvolvimento de um processo de urbanização de bases frágeis. As atividades que sustentavam a vida urbana constituíam um complemento das atividades rurais: armazenamento, benefício e comercialização da produção agrícola. Daí a ausência de bases que conferissem aos centros urbanos forças capazes de efetivar transformações sociais mais profundas.

As características básicas do processo de ocupação revelam o caráter rudimentar da expansão agrícola local. Esta se fez extensivamente, fundamentada na relação homem-terra, ou seja, fazia-se o uso extensivo do solo através do uso intensivo da força de trabalho.

Contudo, a expansão agrícola sustentou a ocupação local numa atmosfera de perspectivas promissoras.

Nos anos de 1930, dentre as forças de renovação de âmbito regional, merecem destaque a chegada dos trilhos ferroviários (1935) em Anápolis, a construção de Goiânia a partir de 1933 e o estabelecimento da rodovia ligando Anápolis a Goiânia, cuja construção se estendeu de 1936 a 1939.

Segundo o urbanista Dr. Armando Augusto Godoy da Subcomissão técnica, que escolheu o local para a nova capital de Goiás, a parte central do "Mato Grosso de Goiás", em 1934, constituía a zona mais próspera e habitada do Estado. Assim ele afirmou: "*É nesta parte de Goiás que se desenvolveram em maior escala suas forças produtivas e se concentrou principalmente a maior parte da sua população, ainda diminuta comparada com a grande superfície e as consideráveis possibilidades do mencionado Estado*" (13).

Tomando como referência as estimativas para a população do Município de Anápolis, em 1935, tem-se um total de 33.375 habitantes. Esse total representa um incremento de 108,2% em relação aos resultados registrados em 1920. Em comparação com os dados do levantamento censitário de 1940, constata-se um acréscimo populacional de 17,2%, pois o número total de habitantes cresceu de 33.375 para 39.149. Face ao contingente de população municipal em 1920, o crescimento verificado em 1940, corresponde ao índice de 144,1%.

A população urbana, entre 1931-40, apresentou um crescimento da ordem de 125,8%. Contudo, a grande maioria dos habitantes, 76%, vivia na área rural. Esses índices têm valor aproximado, mesmo porque para a formação do Município de Goiânia foram incorporados cerca de 504 km² da área territorial de Anápolis.

Nas áreas de ocupação agrícola, no passar dos anos 30, surgiram mais quatro povoados: Matão (Ouro Verde de Goiás), Pau-Terra (Interlândia), Goianápolis e Campo Limpo (Rodrigues do Nascimento).

O final do decênio de 1930 assinala o movimento da fronteira agrícola na direção norte e oeste do "Mato Grosso de Goiás". Para as extensões que se orientam para o norte, o movimento de ocupação centrou-se na Mata de São Patrício. Esse fato veio reforçar o movimento de urbanização, em vista da ampliação das funções da cidade de Anápolis como suporte da expansão da economia agrícola regional. O condicionamento básico para a atuação de Anápolis se efetivou com a construção da rodovia que levava à Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), entre 1941-44. É indispensável frisar que a rodovia cortando a área rural da Folia do Divino, aqui em foco, viabilizou a influência de novos influxos sobre as forças sociais locais.

Pelos dados censitários de 1940, tomando como referência as formas de utilização do solo, pode-se observar as tendências agrícolas de Anápolis. Cerca de 70% do valor da produção advinham dos estabelecimentos de exploração mista. Ou melhor, daquelas unidades produtivas que consorciavam a exploração de lavouras e a criação de gado. Num total de 1838 estabelecimentos, 1.208 praticavam agropecuária em pequena escala.

Esses dados revelam o caráter da ocupação e a natureza extensiva da exploração da terra. Esta, de caráter cíclico, baseava-se na rotação de terras. Depois de alguns anos de plantio, esgotava-se a fertilidade natural do solo, o que levava à formação de pastagens artificiais. Nesse movimento cíclico o espaço de tempo, entre a derrubada da mata para as lavouras e a formação de pastos, varia entre 5 e 10 anos. Nas áreas de "mato seco" a passagem para a exploração pecuária é mais rápida, pois os solos se esgotam mais depressa (14).

No final do decênio de 1940 surgiram novas perspectivas com relação a transporte, em vista do esgotamento da capacidade de carga da Estrada de Ferro de Goiás. Procedeu-se à ligação rodoviária de Frutal no Triângulo Mineiro "à região de Anápolis-Goiânia, como partes integrantes da grande via Transbrasiliana da BR-153" (15). Teve início, na mesma época, a construção do outro trecho daquela rodovia, o de Anápolis-Niquelândia.

Entre 1940 e 1950 a população de Anápolis cresce de 39.148 para 50.338 habitantes, ou seja, um incremento relativo de 28,5%. A população urbana apresentou um crescimento mais expressivo, cerca de 93,4%, pois de 9.486 passou para 14.973 habitantes. A população rural cresceu de 29.662 para 35.365. O incremento seria maior se não fosse a emancipação política de Nerópolis, em 1948. Em 1950 os resultados do Censo apontam 5.739 habitantes para o novo município.

Até o final dos anos 50 a base de sustentação da agricultura local eram as lavouras de arroz e café. Além desses dois produtos que alimentavam as exportações, os cultivos de milho e feijão eram os mais difundidos.

Apesar das grandes transformações que gravaram a vida local, a partir de 1956, são depois dos meados da década de 1960 outras condições passaram a determinar novas formas de intervenções dos agentes sociais sobre os elementos naturais. As combinações que foram se estabelecendo devem ser avaliadas como evidência de mudanças amplas e profundas na formação social nacional, projetando-se na área rural focalizada.

2 - TENDÊNCIAS RECENTES DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DE APOIO DA FOLIA DO DIVINO

Os resultados dos três últimos censos demográficos revelam expressivas variações na distribuição espacial da população do Município de Anápolis. Tais resultados são indicadores de mudanças que vêm se processando e, por conseguinte, vêm alterando a organização social, cujos elementos básicos foram consolidados entre o início e os meados deste século.

Os dados censitários referidos traduzem um ritmo acelerado de crescimento da população municipal, pois o seu volume aumentou de 68.732 habitantes em 1960, para 105.029, em 1970 e 184.225, em 1980.

O aumento do contingente populacional é mais significativo, quando se considera que, entre 1958 e 1963, ocorreu o desmembramento de 828 Km² da área municipal com a emancipação dos distritos de Goianópolis, Damolândia, Nova Veneza e Braza brantes, em 1958 e, do distrito de Ouro Verde, 1963.

Ainda em termos de variações na distribuição da população na área municipal, de uma parte, evidenciam-se os altos índices de crescimento urbano, que se expressam a partir do confronto dos censos de 1950-60, indicando um crescimento populacional de 241,7%. Entre 1960-80, a cidade cresceu de 51.169 para 167.185 habitantes, o que significa um crescimento relativo da ordem de 226,8%. De outra parte, nota-se uma regressão contínua da população rural. Esta representava, em 1950, 70,3% do total dos municípios, refluindo aceleradamente para 25,6% em 1960, 12,9% em 1970 e 9,3% em 1980.

Esses resultados aludidos e, principalmente, os dados preliminares do Censo Agropecuário de 1980, conforme considerações que adiante se faz, são indicadores da extensão e aprofundamento de mudanças nas formas de exploração do solo e nas relações de produção. Esse processo de mudanças não constitui um fenômeno regional localizado e isolado. A agricultura brasileira vem adquirindo novas características através da adoção de inovações na sua base tecnológica. Essas inovações são determinadas pela consolidação da industrialização pesada entre 1956 e 1961. Deu-se a implantação de várias indústrias básicas (indústrias automobilísticas, da construção naval, de cimento, de papel e celulose) e foi aumentada a capacidade da indústria siderúrgica.

No final do período de expansão e concentração da indústria pesada, foram instaladas no Brasil as indústrias de insumos agrícolas: fabricação de tratores e outros maquinários, de fertilizantes, rações, defensivos vegetais e animais, etc. Mas a consolidação da produção de máquinas agrícolas só foi alcançada em 1967. Daí porque durante os anos 60, começa a ganhar expressão um novo processo na economia agrícola nacional, caracterizado pela gradual submissão da natureza à ação do homem. A base agropecuária tradicional vem se modificando através da incorporação de tecnologia diversificada (16). Em consequência

operam-se mudanças sociais expressas por alterações nas relações entre as diversas categorias que agrupam os agentes da produção.

O Estado interfere no processo para assegurar a sua viabilização, desenvolvendo a construção de infra-estrutura básica e promovendo uma política de incentivos fiscais e crédito subvencionado.

No caso de Goiãs, desde os últimos anos da década de 1950, várias medidas de cunho oficial vêm fundamentando mudanças substanciais na organização da sociedade local. Dentre elas cita-se a abertura de modernas estradas que permitem articular o território goiano ao sistema rodoviário nacional (rodovias Brasília-Belo-Horizonte, Brasília-Belem e Brasília-São Paulo); a viabilização da construção de Brasília; o início e desenvolvimento dos trabalhos da primeira etapa da Hidrelétrica de Cachoeira Dourada.

A agricultura regional passa a viver as primeiras mudanças. Com a abertura da BR-153, acelera-se o deslocamento da fronteira agrícola para o médio-norte do Estado. No sul, onde a ocupação agrícola se fizera, com a política de erradicação dos velhos cafeeiros no final dos anos 50, teve início um revigoreamento dos cultivos de gêneros alimentícios tradicionais (arroz, feijão, milho). Contudo, o novo interesse pela prática de lavourea despertado pela política governamental se concretizava através da persistência de técnicas rudimentares. Os baixos índices de incorporação de insumos modernos podem ser observados na tabela nº 1.

Somente na década de 1970 efetiva-se uma política de deversificação visando o aumento da produção agropecuária. No início daquele período vários fatores determinam uma alta valorização das terras agrícolas locais. A localização da área nuclear da Folia do Divino é especificamente beneficiada com o asfaltamento do trecho Anápolis-Ceres da rodovia Brasília-Belem. Ao mesmo tempo, aquela obra conferia maior importância ao eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, o de mais alto índice de urbanização no Centro-Oeste. Outros fatores da valorização do solo agrícola podem ser mencionados: as qualidades de fertilidade da terra, tradicionalmente reconhecidas, como também a impossibilidade de incorporação de novas terras à exploração agropecuária.

Os elevados índices de valorização da terra forçam os proprietários a orientarem seus esforços para as atividades mais rentáveis, assegurando maiores índices de produtividade e, conseqüentemente, maiores lucros. Tendo em mira a racionalidade das explorações, em termos de poupança de terra e tempo, recorrem aos incentivos de crédito oferecidos pelo governo para a aplicação de insumos industriais no amanho da terra.

Em 1971, teve início a operação do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais. Visando melhorar os índices de produtividade, este plano apoiou a aplicação de técnicas de cultivo mais modernas. Mas, em 1974, observava-se tendências de substituição dos cultivos de produtos tradicionais pela criação de gado (17). São várias as razões desse recuo das áreas de lavouras, apesar dos incentivos oferecidos pelo governo. No triênio 1972-74, do volume de crédito concedido aos produtores rurais, a maior parte (69,4%) destinou-se às lavouras e o restante para a pecuária. Em 1973, houve um aumento de 56,3% no volume de recursos destinados às atividades agropecuárias, em relação a 1972 (18).

Mas, de uma parte, deu-se o encarecimento dos preços dos fertilizantes com a brusca elevação dos preços dos derivados do petróleo, a partir de 1974. As condições não se atenuam, em vista das novas altas que se sucedem. Os fertilizantes químicos eram e continuam sendo o insumo mais largamente utilizado. Soma-se a isto os efeitos sociais provocados pela extensão da legislação trabalhista sobre o trabalho rural. De outra parte, as medidas oficiais que visam atender as dificuldades da economia agrícola, não atingiram a estrutura de comercialização da produção. O produtor rural não dispõe de garantias que assegurem, pelo menos, preços mínimos que compensem sua produção.

Diante dos fatos enumerados, compreende-se o reflexo das lavouras no espaço em apreço. Os cultivos de gêneros alimentícios, desde os anos 60, acompanham o descolamento da fronteira agrícola para as extensões do norte. E os resultados da política de revigoração da lavoura de café não atingiram expressão em âmbito local. É interessante lembrar que os estímulos advêm também do comportamento do mercado externo. Guiando -

se pelos resultados preliminares do Censo Agropecuário de 1980, apenas 13% da restrita área ocupada pelas lavouras em Anápolis (11.785 ha), são constituídos de cultivos permanentes. E o café não é o único produto cultivado.

Compreende-se assim, porque se processam mudanças na base tecnológica da organização da produção local. Essas mudanças, conforme as considerações feitas, são decorrentes de três fatores primordiais: a produção de insumos agropecuários; a política fiscal e creditícia do governo e a alta valorização alcançada pelas terras. Passa-se então a estabelecer ali uma nova forma de relação entre a indústria e a agricultura, através do processo de modernização. Daí as denominações correntes de urbanização do campo ou industrialização da agricultura.

Neste ponto a presente investigação se orienta para a avaliação das transformações que vêm ocorrendo, ao nível dos fatos.

Com esse objetivo busca-se, num primeiro plano, captar os traços das variações na estrutura e na distribuição da propriedade fundiária. Num segundo plano, levanta-se os indicadores das tendências de mudanças que se verificam na organização da produção. Compreende, portanto, as transformações em extensão e em intensidade e, geradas por estas, as transformações nas relações sociais de produção.

Em primeiro lugar os dados fornecidos pelo INCRA que permitem uma comparação mais atualizada sobre a mobilidade da terra são por demais precários. Contudo, mesmo uma visão aproximada torna-se válida, tendo em vista que o cadastramento é feito com base na apropriação privada da terra. A Fundação IBGE, nos levantamentos agropecuários, adota o critério que considera o estabelecimento rural enquanto unidade de exploração.

Guiando-se pelas informações do INCRA, no espaço político-territorial tomando como referência (municípios de Anápolis e Ouro Verde), verifica-se que:

- em 1972 existiam 1.578 propriedades com uma área total de 111.539 ha;

- em 1980 1634 propriedades com 124.180 ha.

Houve, por conseguinte, um aumento de 3,5 no número

de propriedades e 11,3% na extensão da terra. São variações de pequena amplitude, embora evidenciem uma clara tendência à concentração fundiária. O tamanho médio da propriedade é de 70.683 ha, em 1970, subindo para 75.997 ha em 1980.

Pelos resultados dos Censos Agropecuários que dilimitam o período de 1960 a 1980, tem-se mais detalhes quanto às variações da repartição social da terra, conforme os dados constantes da tabela nº 2.

Os maiores índices de variação são encontrados na faixa dos micro-estabelecimentos (até 10 ha). O número de unidades variou de 11,2% do total, em 1960, para 21,4%, em 1970 e 13,3%, em 1980. Embora a área de terra controlada pelos micro-proprietários tenha aumentado de 614 ha para 1.048 ha, entre 1960-80, esse acréscimo perde a expressão, pois essa classe de estabelecimentos engloba um mínimo das terras agrícolas. Corresponde a cerca de 0,95% do total, em 1980. A tendência à concentração é claramente constatada. Em 1960, a área média dos estabelecimentos era de 4,616 ha; em 1975 a média passou para 5,995 ha e, em 1980 alcançou 6,630 ha.

A concentração evidenciada é um indicador do processo de expropriação do micro-produtor. Isto ocorre em decorrência da política de racionalização da produção e do interesse por parte dos cidadãos na apropriação de pequenas áreas rurais, visando exclusivamente o lazer.

A política agrícola oficial, em nível de assistência local, vem combatendo os mini-estabelecimentos, que são considerados improdutivos. Esta orientação é desenvolvida pelos técnicos da EMATER nas áreas de antigos latifúndios no Município de Anápolis: fazendas Cedro, Paciência do Silva, Alves, Serra do Misrael, São João das Antas, Jurema e outras.

A grande maioria dos estabelecimentos (74,4%) compreendia as unidades até 100 ha, em 1980. Em contrapartida os estabelecimentos que se distribuem entre 100 e 1.000 ha agregam a maior parte do solo disponível, ou seja, mais de 66%.

Considerando as tendências até 1970, em vista da disponibilidade dos informes, a ênfase deve ser dada para os estabelecimentos entre 200 e 500 ha. Essa faixa demonstrou uma

tendência mais acentuada à concentração. Entre 1960-75, o número de estabelecimentos passou de 81 para 103. Mas a área teve maior acréscimo, pois de 24.742 ha aumentou para 32.646 ha.

Outra ordem de dados confirma a tendência a concentração e, por conseguinte, a expropriação dos agentes sociais. Trata-se da apropriação individual da terra, cujas variações revelam o refluxo das atividades agrárias no espaço em estudo.

Entre 1960-75, o número de proprietários aumentou em 26,5%, enquanto a área apropriada apresentou índices de crescimento maiores, ou seja, incorporou-se mais 44,8% da área agrícola. A tendência se inverte, pelos resultados censitários de 1980. Houve uma diminuição de 27,7% no número de proprietários individuais e de 16,1% da área apropriada.

Entretanto as modificações observadas não foram suficientes para alterar a estrutura fundiária tradicional. Pelo fato da pequena lavoura, com base técnica rudimentar, ter sustentado o processo de ocupação regional, a estrutura fundiária consolidou-se através da pequena e média propriedades.

Mas, por outro lado, as variações apontadas são reveladoras de um processo, embora recente, de expropriação da posse da terra, esse diz respeito à transição das explorações agrícolas no espaço estudado. Esse processo de transição se manifesta através das estruturas da propriedade do solo e da organização interna das unidades produtivas.

As tendências relativas às formas de uso do solo caracterizam a especialização das atividades de exploração, em ritmo acelerado. De outra parte, os efeitos sociais dessa transformação, cuja principal expressão é o êxodo rural, vem provocando a absorção de áreas rurais pela expansão urbana.

As mudanças mais significativas se operaram a partir de 1975, tomando por base os dados preliminares do Censo Agropecuário de 1980.

No sentido da extensão do espaço rural, entre 1960 e 1975, verifica-se um movimento até então regular de incorporação de novas terras à agricultura. No curto espaço de tempo que se estende entre 1975 e 1980, ocorreu uma inversão, pois a redução da área foi de aproximadamente 8,3% (9.915 ha).

Em relação às formas de uso do solo, a expansão das atividades pecuárias constitui a característica dominante. Em 1975 a pecuária ocupava 65% da área, em 1980, esses índices se elevam para 89%. Como consequência direta dessa tendência marcante e acelerada, desaparece a prática tradicional das explorações agrícolas mistas, ou melhor, a coexistência da pecuária e dos cultivos nas unidades de produção. Da mesma forma verificase um refluxo da área utilizada pelas lavouras. Estas correspondiam aproximadamente a 30% do espaço, em 1975, foram reduzidas para 10,7% em 1980.

A intensidade das atividades agrícolas, além das formas de utilização do solo, diz respeito também à base tecnológica das explorações.

Considerações alusivas à incorporação de insumos modernos foram feitas anteriormente, quando se apontou os fatores que fundamentam a tendência à modernização agrícola. Os dados constantes da tabela nº 1 são insuficientes para a avaliação do nível técnico da economia rural ora localizada. O número de tratores, por exemplo, é indicado por estabelecimento que dispõe desse recurso técnico. Todavia, é corrente na área agrícola a utilização desse recurso mecânico sob a forma de aluguel, principalmente na preparação do solo para o plantio de lavouras e de pastos.

Os fertilizantes constituem o insumo industrial mais largamente utilizado. No entanto, essa técnica não altera a relação do homem com o solo, apenas intensifica o trabalho, garantindo maior produtividade.

As mudanças sociais se definem por uma redução do volume da força de trabalho e pelo estabelecimento de novas relações entre os agentes sociais da economia. Tabela nº 03.

Por um lado, a redução dos cultivos é acompanhada pela abolição das relações de trabalho, que determinam a posse transitória da terra, ou seja, o arrendamento e a parceira. A tendência à prática de explorações especializadas com a predominância da pecuária intensiva, explica o crescimento do trabalho assalariado em caráter permanente. A atividade de criação de gado de grande porte, por sua natureza, implica um caráter diferenciado da produção. Essa atividade requer normalmente ,

uma fração maior de trabalhadores permanentes, comparada com as lides das lavouras. A pecuária exige cuidados mais regulares durante o ano, sem grandes variações sazonais. Isto não quer dizer que esta atividade necessita de grande volume de mão-de-obra.

Por outro lado, o predomínio dos cultivos temporários numa área de pequenas lavouras, retém boa parte da força de trabalho absorvida em atividades ao nível da subsistência. Em 1975, 68,7% do pessoal ocupado eram representados pelos pequenos produtores e os membros não remunerados da família. Esse contingente, mantendo a posse da terra em condições precárias, alimenta a oferta de trabalho em regime de assalariamento temporário, como complemento da renda familiar.

O trabalho temporário articula a produção com tendências à especialização das médias e grandes propriedades com a pequena propriedade. Nessa relação, uma prospera com a sobrevivência da outra (19). Soma-se a isto os efeitos da legislação trabalhista que foi estendida aos trabalhadores rurais, em 1963.

As condições estruturais da posse da terra e a organização das formas de uso do solo, revelam uma situação de desequilíbrio, em âmbito local. De uma parte, a modernização das explorações da terra conduz a uma definida especialização: Esta se constitui em suporte da estabilidade de uma pequena fração da força de trabalho. De outra parte, as condições precárias das pequenas propriedades, contribuem decisivamente, para a preservação de padrões tradicionais nas formas de produção. Em vista desta realidade os elementos culturais dominantes manifestam a persistência de valores e atitudes do passado, conforme considerações que serão desenvolvidas no tópico que segue.

3 - A FOLIA DO DIVINO COMO EXPRESSÃO DE PERSISTÊNCIAS SÓCIO-CULTURAIS TRADICIONAIS

A Folia do Divino que é objeto deste estudo, comemora seu cinquentenário no corrente ano, mantendo-se como a festa religiosa de maior prestígio na área. Seu prestígio pode ser avaliado sob vários aspectos. Em primeiro lugar, pelo tempo de duração do "giro", com uma média de seis dias. Esse tempo compreende o "ajuntamento" ou início da festa, a sucessão de "pousos" e o "encerramento", que coroa a comemoração cíclica. Em

segundo lugar, a ênfase é dada ao grande número de participantes que forma a comitiva da Bandeira do Divino, chegando a reunir mais de uma centena de cavaleiros. Nos pontos em que a bandeira pernoita, contam-se centenas de pessoas, mas é na casa do festeiro, onde se realiza o "encerramento", que a afluência de gente é maior. Chega-se a contar 300 e, às vezes, até 500 participantes. Em terceiro lugar, tem destaque a disciplina ou "respeito" que impera no desenrolar dos atos que compõem a festa. O "respeito" é observado mesmo na parte profana onde a dança da "oatira" constitui o centro das atrações. E, finalmente o prestígio se revela pela amplitude espacial do "giro" da Folia. Em 1980, conforme mapa anexo, a comitiva circulou mais de 100 Km, considerando que, entre um pouso e outro, a bandeira é recebida pelos moradores, em paradas rápidas.

Com o objetivo de avaliar a expressão da festa como forma de persistência cultural, recua-se aos anos pós-trinta, ou seja, ao momento histórico de sua organização (20). A sua área-núcleo, no início dos anos de 1930, já concentrava maiores forças na supressão das condições locais de estagnação econômica e isolamento geográfico. A prosperidade ia sendo assegurada à medida que a mercantilização dos excedentes agrícolas era facilitada.

Mas, em vista do caráter predatório das explorações agrícolas, com base na rotação de terras, a densidade demográfica era fraca. A ocupação espacial esparsa era um imperativo do meio natural e das técnicas agrícolas empregadas. Em 1935, a distribuição espacial da população do Município de Anápolis era de aproximadamente 14,5 habitantes por Km². Nesses índices pesava o contingente populacional nucleado na cidade e nos distritos e povoados.

Nessas condições a vida social rural se assentava nos "grupos de localidade", cuja coesão era assegurada pelos laços sociais de vizinhanças, reforçados pelas relações de parentesco e compadrio.

A realização anual da Folia do Divino Espírito Santo torna-se, desde então, a principal forma de manifestação dessa coesão social.

A predominância do catolicismo nas sociedades rurais do Brasil, imprimiu um "caráter de sacralidade" à cultura, o que explica entre várias manifestações, a institucionalização de práticas religiosas. Neste caso as comemorações festivas ganham expressão, pois atraem populações espalhadas em vastos territórios. No meio rural a promoção de tais festas "constitui, a um tempo, forma de lazer, meio de inter-relação e expressão religiosa" (21).

No caso específico da Folia do Divino ora tratada, vários fatores condicionantes da organização espacial explicam a ressonância que o evento adquiriu, desde os primeiros anos de sua realização. Persistiram as condições de relativo isolamento social e geográfico, nível tecnológico rudimentar e, consequentemente, grande dependência das forças naturais. Acrescenta-se a isto o espírito de religiosidade ou a tradição religiosa dos agentes sociais. Diante desses fatos, supõe-se o aprofundamento da sacralidade como característica marcante da cultura local.

Além dos fatores já considerados, o papel das lideranças, ou melhor, dos promotores da festa, tem grande significado. Tais figuras emergem da classe dominante, onde o acesso à posse da terra fundamenta a estrutura de poder local. A propriedade da terra é a referência fundamental do prestígio individual. Daí porque a promoção de festas nas sociedades rurais constitui "um dos mais importantes meios de exaltar o prestígio das famílias e dos indivíduos" (22).

A consolidação da economia agrícola na área condicionou a fraca mobilidade da terra, principalmente dos extratos de dimensões média e grande. A relativa prosperidade garantida pela venda dos excedentes das lavouras e da criação, determinou a preservação da participação e do controle da festa pelas mesmas lideranças, pelo menos até 1960. Face a essas condições a realização anual da folia se manteve regular, o que lhe assegurou prestígio e tradição.

A preocupação em explicar a persistência da festa como fenômeno de natureza religiosa e folclórica levou-nos, num primeiro plano, a reconstituir a evolução histórica local das forças produtivas. E, num segundo plano, as tendências dessas forças na atualidade. As relações econômicas assumem grande significado para a elucidação do fato, pois elas são determinantes das relações sociais e da cultura nas sociedades rurais.

No caso em apreço, trata-se de grupos sociais cuja estruturação histórica se realizou tendo como sustentáculo, como já vimos, uma base agropecuária com níveis muito baixos de capitalização. O desenvolvimento das forças produtivas locais, com nível técnico arcaico e rudimentar, foi efetivamente sustentado pela disponibilidade de terras férteis e mão-de-obra numerosa.

Até 1960, em vista da natureza das relações de produção entre as regiões agrícolas e os centros capitalistas nacionais, a agricultura não se constitui em mercado para a indústria. Esta se orientava para os mercados urbanos. Os produtos manufaturados de maior consumo das populações rurais eram: ferramentas (enxada, machado, foice), arame e querosene. Consequentemente as relações sociais de produção não se desenvolveram sob as formas tipicamente capitalistas. Isto "*porque a mercadoria da sociedade caipira é o excedente e a sua economia é a economia do excedente, que engendra a sociedade e a cultura do excedente. Nesse caso, os mínimos vitais correspondem a uma forma institucionalizada de consumo que torna, em termos relativos, alta a produtividade do trabalho humano e, por extensão dos outros fatores de produção, especialmente a terra. Nessas condições, o intercâmbio econômico, sendo intercâmbio de excedentes, não fere facilmente as condições materiais de existência da população caipira*" (23).

Pelas considerações feitas na parte anterior deste estudo, nota-se que o espaço de apoio da folia se apresenta num estágio de transição econômico-social, cujo ritmo acelerou-se entre 1975-80. Entretanto, a expansão das forças modernizadas engendram situações contraditórias, em vista da coexistência de manifestações de mudança e continuidade sociais.

A maioria dos agentes sociais locais, pelo nível técnico das atividades produtivas e os padrões de subsistência, se mantêm em condições econômicas e sociais do excedente. Essa situação se evidencia pelas bases precárias do trabalho e da posse da terra nas pequenas propriedades. Daí porque a veiculação dos novos valores culturais atinge essa parcela da população de forma incipiente.

As influências da cultura urbano-industrial são difundidas na sociedade rural graças à facilidade de acesso à ci

dade através de vias e meios de transporte intensificados dos meios de comunicação de massa e do ensino formal. Contudo, a aludida fração dos habitantes locais, pela insuficiência de recursos, permanece relativamente marginalizada da ação renovadora.

Em termos de circulação e comunicação, a bicicleta e o rádio representam os veículos mais largamente difundidos. Soma-se a isso a persistência social de baixos níveis de escolaridade. De outra parte, acrescenta-se a recência do processo de modernização, pois se seus efeitos desintegradores são amplamente constatados, ainda não se aprofundaram o suficiente para alterar as estruturas tradicionais.

Por isso a vida social da área da Folia, por suas bases material, social e cultural, parece organizar-se e desenvolver-se como se estivesse norteadas por um ciclo natural. Ou melhor, como que resultasse da relação homem-natureza, sem ser atingida pelas mudanças que caracterizam a vida social dos centros urbanizados.

Num meio social em que as condições materiais de vida se mantêm ao nível dos mínimos vitais, "não há a descontinuidade abstrata entre o natural e o sobrenatural" na visão do universo dos agentes sociais. Por esta razão o ciclo cotidiano "do rurícula se constitui numa "rotina ritualizada", resultante da interpenetração do ciclo formado pela sucessão dos fenômenos naturais e do ciclo das comemorações religiosas do catolicismo. Assim a Folia do Divino revela a trama dos dois ciclos, sendo realizada no intervalo temporal que tradicionalmente se interpõe entre o final das colheitas e a preparação do solo para novos plantios. Corresponde, por conseguinte, ao período de muita fartura, o que se revela na abundância de comida nos "pousos" da bandeira.

A parte profana dos festejos é polarizada pela dança grupal tradicional, o catira. Constitui um repositório da cultura rural de expressiva originalidade. Dançam unicamente elementos do sexo masculino, numa sucessão de evoluções e sapatoados, ritmados pela música tipicamente caipira. As composições verbal e musical expressam com legitimidade a cultura social, porque revelam as concepções e as emoções coletivas. São

inspiradas nos fatos das relações sociais diretas, que gravam o cotidiano da vida grupal (24).

A persistência desse fenômeno religioso de caráter tradicional não se explica apenas pela continuidade de estruturas econômicas e sociais, historicamente consolidadas. Deve-se acrescentar que, com relação à atualidade da promoção da festa outras considerações se fazem necessárias.

O espaço nuclear da folia ainda é ocupado, por boa parte de descendentes e herdeiros dos antigos proprietários de terras, no caso, os principais promotores e participantes da festa, no passado. Isto explica a grande expressão que os laços de parentesco, efetivo e simbólico (compadrio), ainda conservam, como também o papel das lideranças nos atuais grupos de localidade.

Dentre os líderes que, na atualidade, promovem anualmente a folia, alguns são proprietários nas áreas territoriais que compõem o encontro dos municípios de Anápolis e Pirnópolis, herdeiros de uma posição conquistada pelos seus antepassados (25). Ressalta-se que a principal liderança desempenha uma função de patrocinador do evento. Sua posição na estrutura de poder local não resulta apenas de sua condição de estavel proprietário fundiário e de cultivar uma influência com base em relações de caráter nitidamente paternalista. Essa posição de poder foi reforçada pelo exercício de funções oficiais de controle social, com jurisdição local, durante vários anos (26).

De outra parte, os proprietários que se estabeleceram naquela área rural mais recentemente, apoiam a realização da festa, envolvidos pelo espírito de solidariedade que a mesma realimenta a cada ano. Pesa também a necessidade de se integrarem aos grupos de vizinhança, não são estabelecendo relações amistosas, mas sobretudo, pelo respeito e consideração aos padrões sociais e culturais vigentes.

E assim a Folia do Divino, expressando a resistência da tradição religiosa, reafirma, a cada ano, a coesão social dos grupos locais. Ao final de cada festa, cada participante, ao beijar a Bandeira do Divino em sinal de despedida, renova humildemente seus pedidos de proteção e ajuda. Nesse ato

de fê, ele reanima suas forças para continuar enfrentando a rus
ticidade da sua faina cotidiana.

CONCLUSÃO

Retomando as indagações inicialmente levantadas e que nortearam as considerações desenvolvidas neste estudo, pode-se concluir que:

- 1 - o quadro social marcado de contrastes composto pela realiza
ção de uma prática religiosa tradicional, o "*pouso de folia*" constitui uma representação transitória produzida pela con
vergência de elementos materiais, sociais e culturais de uma organização espacial em processo de mudança. Essa transição, envolvendo contradições sociais latentes, se define como um processo derivado, pois o mesmo é determinado pela globalida
de do desenvolvimento nacional, comandada pela hegemonia do capital industrial. As situações de mudança e continuida
de, de interpenetração de passado e presente, caracterizam a dinâmica espacial. Ao nível dos fatos, constata-se de um lado, mudanças na base técnica das explorações do solo, re
sultantes do caráter das relações atuais entre a agricultura e a indústria. De outro lado, prevalecem condições sociais historicamente estruturadas. Esse desequilíbrio engendrado pelo desenvolvimento das forças produtivas, de caráter re
cente e ritmo acelerado, paradoxalmente constitui a base de sustentação da expansão do capitalismo regionalmente confi
gurada;
- 2 - as manifestações sociais que definem a continuidade ligam-se ao processo de ocupação e consolidação da vida social local, que teve por base a "*economia do excedente*". Essa base eco
nômica, ainda hoje, assegura para a maior parte dos agentes sociais a garantia da subsistência em níveis mínimos. Esses mínimos vitais não permitem que aquela população alcance efe
tivamente os meios de consumo e de informação gerados pela produção da indústria. É através desses meios que circulam
as forças desintegradoras da cultura tradicional. Assim, em decorrência das condições materiais e sociais, os padrões
culturais de uma significativa parcela dos habitantes perma
nenem caracterizados por concepções imbuídas de sacralidade.

É o resultado histórico da influência ampla e profunda da tradição religiosa do catolicismo, que tem se revelado particularmente resistente.

TABELA 1 - A UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS MODERNAS NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO. 1960 - 75.

ITENS	1960	1970	1975
Força mecânica	9	118	473
Força animal e mecânica	6	97	475*
Trator	20	93	102
Adubos químicos	-	244	674
Defensivos químicos	-	-	963

(*) - Os dados indicam apenas o uso de força animal.

FONTE: Levantamentos agropecuários da Fundação IBGE.

TABELA 2 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 1960 - 80.

ITENS	1960		1975		1980	
	Nº DE EST.	ÁREA (ha)	Nº DE EST.	ÁREA (ha)	Nº DE EST.	ÁREA (ha)
Nº Total estabelecim.	1.178	-	1.491	-	1.181	-
Área Total	-	95.841	-	119.356	-	109.440
Até 10 ha	133	614	320	1.848	158	1.048
% do Total	11,2	0,64	21,4	1,54	13,3	0,95
Área Média	-	4	-	5	-	6
Até 50 ha	602	14.391	930	18.216	-	-
% do Total	51,1	15,0	62,3	15,2	-	-
Área Média	-	24	-	20	-	-
De 10 a menos de 100ha	663	28.375	754	34.519	722	29.603
% do Total	56,2	29,6	50,5	28,9	61,1	27,0
Área Média	-	43	-	46	-	41
De 100 a -1000 ha	249	61.375	292	73.942	296	72.305
% do Total	21,1	64,0	19,5	61,9	25,5	66,0
Área Média	-	245	-	253	-	245
Acima de 1.000 ha	3	4.182	7	9.248	5	6.483
% do Total	0,25	4,36	0,46	7,74	0,42	5,92
Área Média	-	1.394	-	1.321	-	1.296

FONTE: Fundação IBGE - Censos Agropecuários de 1960 e 1975.

Dados preliminares do Censo Agropecuário de 1980.

TABELA 3 - FORÇA DE TRABALHO OCUPADA

ITENS	1960	1975	1980
Pessoal ocupado	6.015	5.929	4.334
Mão-de-obra familiar	3.267	4.076	-
Trab. permanente	462	512	782
Trab. temporário	1.085	685	406

FONTE: Levantamentos censitários da Fundação IBGE.

NOTAS

- (1) Trata-se da Fazenda Acori, de propriedade dos herdeiros do Sr. Roque Carneiro. Ali teve lugar o segundo "pouso" da Folia do Divino de 1980, conforme se observa no mapa.
- (2) Envolveu-me, naquela oportunidade, uma sensação nostálgica, talvez motivada pelas raízes rurais que conservo bem latentes. Pareceu-me que o passado, momentaneamente, veio de encontro ao presente. Na passageira volta da infância, carregada de emoções longínquas.
- (3) Conforme o mapa anexo, o início da festa, em agosto de 1980, é o que se chama "ajuntamento", realizou-se na Fazenda Santa Bárbara de propriedade do Sr. Francisco Leite Pereira, pai do Alferes da Folia do Divino naquele ano, Anísio Leite Pereira.
- (4) No último "pouso" da folia que corresponde ao "encerramento", tem lugar o coroamento dos festejos. O festeiro foi o Sr. Olímpio Leite Pereira Filho, proprietário da Fazenda Soledade.
- (5) Neste estudo adota-se a expressão *velho* "Mato Grosso de Goiás" para caracterizar a área central da antiga mata que cobria boa parte do território, que hoje constitui a Micro-Região com a mesma denominação. Naquela faixa central teve início a estruturação das lavouras sub-regionais.
- (6) FRANÇA, Maria de Sousa. Povoamento do Sul de Goiás: 1872 - 1900. Goiânia, U.F.Go., 1975, p. 20.

- (7) Correio Oficial. Goiânia, 10/02/1935, p.1.
- (8) FRANÇA, Maria de Sousa. op. cit., p. 151.
- (9) FRANÇA, Maria de Sousa. A Formação Histórica da Cidade de Anápolis e a Sua Área de Influência Regional. Separata dos Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Set. 1973, p. 658.
- (10) Segundo os dados do Censo de 1920, os municípios goianos que apresentavam mais de 10.000 ha de lavouras, eram: Catalao com 11.798 ha; Corumbaíba com 11.587 ha; Morrinhos com 10.520. Anápolis contava com 6.440 ha.
- (11) DOLES, Dalísia E. Martins e outros. Interpretação Histórica da Economia de Goiás e Posicionamento do Setor Agropecuário no Contexto Econômico e Social da Região. Trabalho mimeografado, p. 96, citando J.F.V. Normano, in : Evolução Econômica do Brasil.
- (12) Em 1920, quando foi realizado o primeiro censo agrícola nacional, não foram considerados estabelecimentos rurais "os quintais, as chácaras e os viveiros, pertencentes às casas das cidades e vilas, e bem assim os pequenos sítios da zona rural, desde que a produção deles se destine ao consumo doméstico, ou seja, de pequeno valor, não constituindo verdadeiro e especial ramo de negócio". Foram excluídas também as propriedades rurais, cuja produção anual não atingia 500\$000.
- (13) Correio Oficial. Goiânia, 29/05/1934, p. 4.
- (14) FAISSOL, Speridião. O "Mato Grosso de Goiás". Serviço Gráfico do IBGE, Rio de Janeiro, 1952, p. 99.
- (15) DOLES, Dalísia E. Martins. op. cit., p. 49.
- (16) O processo de modernização da agricultura significa a mudança da base tecnológica das explorações do solo, através da incorporação de insumos produzidos pela indústria. Esse processo engloba várias formas de adoção de novas técnicas: mecanização, utilização de defensivos químicos animais e vegetais, adubação com fertilizantes químicos, inovações físicas (irrigação), inovações biológicas (inseminação) e outras.

- (17) LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Parceria e Capitalismo*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977, p. 13.
- (18) DOLES, Dalízia E. Martins. op. cit., p. 167.
- (19) SILVA, José Graziano. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1981, p. 55.
- (20) Em 1932, o fazendeiro Olímpio Leite Pereira, na condição de alferes, "tirou" a Folia do Divino pela primeira vez. Era proprietário da Fazenda Soledade, que hoje está desmembrada em várias unidades distribuídas entre seus herdeiros. Damião Lino de Oliveira, da Fazenda Mata dos Gonçalves (atualmente pertence ao município de Ouro Verde), foi o alferes da festa no ano seguinte.
- Outros que, pela participação e apoio, são apontados como pioneiros: Francisco Pires Batista da Fazenda Camela; Miguel Papa de Araújo, da Fazenda Boa Vista dos Araújo; João Pires de Moraes e, ainda Adão Mendes Ribeiro e Antonio Oliveira de Almeida, da Fazenda Sapato Arcado que hoje pertence a Ouro Verde.
- (21) CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. "Família e religião na sociedade rural em mudança". In: *Vida Rural e Mudança Social*. 3a. ed., Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1979, p. 187.
- (22) Ibid., p. 186.
- (23) MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1975. p. 106.
- Assim o autor conceitua o excedente: "O excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência. É o fator excedente que gera o produto excedente e que define a economia, a sociedade e a cultura baseadas no excedente, à margem das relações monetárias, das relações sociais abstratas, da dominação política, das relações capitalistas de produção típica, da conduta racional com relação a fins seculares". Ibid., p. 12. -

- (24) Segundo José de Souza Martins, há diferenças significativas entre música caipira e música sertaneja. Tais diferenças são apreendidas não no sentido da música propriamente dita, mas através de outros componentes.

A música caipira tem um sentido utilitário, pois é um "meio" necessário para efetivação de certas relações sociais essenciais ao ciclo do cotidiano do caipira".

A música caipira é sempre o complemento de algum ritual religioso, de trabalho ou de lazer.

Quanto à produção, a música caipira veícula as concepções e emoções coletivas. As composições se inspiram nas relações sociais diretas.

A música sertaneja é mercadoria destinada ao mercado. É um fim em si mesmo, enquanto que a música caipira é um meio.

- (25) Tratando-se de liderança pluralista, várias figuras atuam na organização da Folia do Divino. Os líderes atuais compõem um grupo heterogêneo, pois alguns exercem atividades tipicamente urbanas; outros são proprietários rurais e, até quem que não detém a posse da terra. Segundo as informações colhidas, relaciona-se: José Caixeta Ramos; Pedro Soares Pereira, da Fazenda Mata dos Gonçalves em Ouro Verde; Inácio Soares de Carvalho, da Fazenda Palhares em Pirenópolis; Gabriel Lopes da Silva e Domingos Alves, da Fazenda da Jesúpolis, em São Francisco de Goiás; José Tochio, da Fazenda Mantiquira, também em São Francisco; Geraldo Corrêa, da Fazenda Cabeceira do Caxambú, em Pirenópolis e Olímpio Leite Pereira Filho, da Fazenda Soledade, em Anápolis.

- (26) Trata-se do Sr. Olímpio Leite Pereira Filho, que desempenhou as funções de Delegado de Polícia durante vários anos. Além dessa função, também o fato de ser advogado e servidor da Justiça justifica sua ascendência sobre membros sociais do espaço rural estudado.

VIAGEM ÀS TERRAS GOYANAS

Oscar Leal



COLEÇÃO "DOCUMENTOS GOIÂNOS"

4

A obra, inicialmente publicada em Lisboa (Portugal), é agora reeditada pela Universidade Federal de Goiás.

Oscar Leal, um dos últimos viajantes que palmilhou a região goiana do século XIX, carioca de nascimento, português de formação, pode ser considerado o pioneiro das reportagens sobre o Centro-Oeste, pois faz da narrativa um verdadeiro documentário cinematográfico.

VIAGEM às TERRAS GOYANAS (BRAZIL CENTRAL)

Oscar Leal



Goiânia - 1900

O livro "não apresenta apenas um simples relato de viagem, mas, sem qualquer sombra de dúvida, uma cadeia de vivências, destacando-se a figura do curioso viajante de maneira integral, cujo retrato de corpo inteiro apoia-se na sua maneira de enxergar o mundo pelo lado otimista, engraçado e irônico", como referiu Ático Vilas Boas da Mota no prefácio da obra.

Descreve sua aventura, partindo de São Paulo num trem de ferro para fugir ao "tedium vitae" de que fora acometido. Narra os costumes regionais, a implantação das primeiras linhas telegráficas, o processo cultural de Meia-Ponte (atual Pirenópolis), o incipiente sistema eleitoral de Jataí, os reflexos da Proclamação da República em Rio Verde, e os divertimentos no final do século.

O livro se estende a uma parte do Mato Grosso, encerrando com um glossário de termos usados em Goiás e um mapa visualizando as localidades goianas visitadas pelo autor.

Pedidos à EDITORA DA UFG

Av. Universitária 1533

Setor Universitário — Fone 261-4666 R-142

74000 — Goiânia-Goiás

A LICÃO DE CARTOGRAFIA NA ESCOLA ELEMENTAR (*)

Jacques BERTIN e Roberto GIMENO (*)

Jacques Bertin, o pai da semiologia gráfica, é conhecido internacionalmente pelas teorias modernas relacionadas ao tratamento gráfico da informação. Utilizando essa nova "linguagem gráfica" ele coloca ao alcance de todos o que antes sempre foi considerado tarefa de especialistas: o tratamento gráfico da informação.

Partindo do princípio de que não se *deseña*, mas sim se *constrói* um gráfico, um mapa, toda e qualquer pessoa, afirma ele, será capaz de realizar seus documentos gráficos desde que se respeitem as regras e os métodos do sistema gráfico.

O presente trabalho, baseado em experiências pedagógicas do pesquisador Roberto Gimeno, é uma confirmação do que se acaba de dizer. Ele é, portanto, fruto das atividades desenvolvidas por este último junto a escolas de 1º grau da Região Parisiense, durante as quais o pesquisador constata e exemplifica com trabalhos reali-

(*) - Traduzido do original francês "la leçon de cartographie à l'école élémentaire" por Antônio Teixeira Neto, professor do departamento de geografia do Instituto de Química e Geociências da Universidade Federal de Goiás.

O trabalho foi também apresentado na 6ª conferência internacional da Associação Cartográfica Internacional em Tóquio, Japão, 1980.

zados por crianças de 7 a 11 anos, a "*universalidade*" e a lógica do tratamento gráfico da informação e de sua semiologia, bem como sua aplicabilidade em todos os domínios da atividade escolar. O trabalho confirma também que se a cartografia sempre foi considerada por muitos um tabu, o foi mais por hábitos mal adquiridos durante todo o período de escolarização (da escola primária à universidade) que pelo caráter "*técnico*" dessa ciência.

A representação gráfica está ao alcance de todos, pois o cartógrafo não é mais apenas um desenhador de mapas ou gráfico, mas sim e, principalmente, um redator gráfico que utiliza uma gramática própria, a "*gramática gráfica*".

Um mapa não é desenhado, mas sim, construído como em gramática se constrói uma frase e em matemática uma equação. Nesse sentido devemos enfatizar aqui a contribuição teórica e prática do Prof. Bertin e de toda uma equipe formada de semiólogos gráficos que com ele trabalha há mais de 20 anos. Sua obra fundamental é a "*sémiologie graphique*", já em sua segunda edição, na qual ele expõe todas as suas teorias, apoiadas em exemplos práticos, relacionadas ao tratamento e à representação gráfica da informação.

Levando-a à escola de 1º grau através do incansável e original pesquisador Roberto Gimeno, o Prof. Bertin quer também mostrar que a imagem gráfica, tal como é aqui utilizada, pode também se constituir em um método de ensino, novo, dinâmico e moderno que ajuda a criança a construir o pensamento lógico a partir de uma forma visual que ela mesmo elabora.

Um dos responsáveis diretos por essa inovação pedagógica é, como dissemos, o nosso amigo e pesquisador Roberto Gimeno, que vem trabalhando na equipe do Prof. Bertin há quase 10 anos, cujos resultados estão condensados no excelente livro "*apprendre a l'école par la graphique*" (V. comentários mais detalhados sobre esta obra no fim deste boletim).

De uns tempos, para cá os educadores e pedagogos têm se preocupado em procurar outros métodos mais dinâmicos de ensino. Os meios de comunicação modernos, como a televisão, já invadem as escolas, bem como os mini-computadores. Porém, contrastando com a "*tecnologia*" e o "*modernismo*" desses últimos surge agora a semiologia gráfica, sob seus múltiplos aspectos, como método pedagógico barato ao alcance de todos e tão eficiente e divertido quanto os desenhos animados exibidos nos vídeos ou quanto apertar botões nos mini-computadores. E tem mais: os métodos gráficos são indutivos por excelência, pois é fundamentado numa lógica que leva a criança a formular, ela mesma, questões pertinentes, ponto de partida de todo conhecimento, e a reduzir um problema complexo a dimensões abordáveis.

Aqui no departamento de Geografia do IQG nos colocamos à disposição de todo e qualquer professor, tanto da escola média, quanto da escola superior, tanto da escola pública, quanto da escola privada, para iniciarmos um intercâmbio no sentido de levar e trazer idéias pedagógicas novas e baratas capazes de tornar o ensino mais motivante, mais eficiente e mais compatível com a realidade sócio-econômica de nosso país. (Antônio Teixeira Neto).

RESUMO

O primeiro trabalho de cartografia na escola elementar, isto é, para crianças de 7 a 11 anos, começava, em geral, por um exercício que todos nós conhecemos: a cópia de um mapa do livro de geografia ou do atlas geográfico escolar. Esse exercício é atualmente questionado na França pela maior parte dos professores da escola elementar, por diversas razões:

- A criança não encontra, de fato, nenhuma motivação em fazer tal cópia, pois não recebeu nenhuma preparação para isto. Desse exercício, meramente mecânico, ela guarda, conseqüentemente, uma má lembrança em prejuízo da cartografia.

- Frequentemente são também os pais que se ocupam desse exercício aparentemente fátil para eles!!

- Sobre que bases o professor primário escolhe o mapa a ser reproduzido e o que aprende a criança que recopia um mapa duvidoso, senão ruim?

- Com que critérios o professor corrige os mapas de seus alunos? Pesquisadores mostram que essas correções são incoerentes, fato que revela o desconhecimento das noções mais elementares de

RESUMÉ

La première approche de la cartographie dans les petites classes, c'est-à-dire chez les enfants de 7 à 11 ans passait en général par un exercice que nous avons tous connu : le recopiage de telle ou telle carte du livre de géographie . Cet exercice est maintenant mis en question en France par la plupart des instituteurs pour des nombreuses raisons :

- en effet, l'enfant n'a aucun plaisir à faire un tel recopiage pour lequel aucune préparation ne lui a été donnée. En conséquence, il conserve généralement un très mauvais souvenir de cet exercice, au grand dommage de la cartographie.

Souvent aussi, ce sont les parents qui prennent en charge cet exercice apparemment facile pour eux!!

- Sur quelles bases solides et instructives l'instituteur choisit-il la carte à reproduire? Et qu'apprend l'enfant qui recopie une carte douteuse, sinon mauvaise?

- Sur quelles bases solides l'instituteur note-t-il les cartes de ses élèves? Des enquêteurs montrent que cette notation est incohérente, ce qui souligne que l'instituteur n'a aucune connaissance des notions

cartografia e de sua semiologia por parte do professor.

- Enfim, sobre que bases definir a lição quando o professor constata que o ensino oficial da geografia está em plena evolução?

- Experiências realizadas atualmente em várias classes da escola de 1º grau mostram que os métodos gráficos permitem conduzir as crianças e os professores:

- a descobrir por eles mesmos as bases da semiologia gráfica;

- a aplicá-las à cartografia;

- a definir com rigor os elementos de apreciação de cada desenho;

- a descobrir as diferentes utilidades do mapa e a fazer da aula de cartografia, ligada a muitos outros domínios, não somente uma atividade de pedagógica fundamental, mas também uma aula alegre.

- Utilizando-se a cartografia como um instrumento de tratamento de dados (simplificação de mapas complexos, construção - e não copiagem - de mapas temáticos, utilização de coleções de mapas e de matrizes cartográficas) o desenho de mapas temáticos não é mais um dever desagradável, aborrecido, mas, ao contrário,

les plus élémentaires de la cartographie et de la sémiologie.

- Sur quelles bases solides des enfin définir la leçon quand l'instituteur constate que l'enseignement officiel de la géographie est en pleine évolution?

- Des expériences réalisées maintenant dans plusieurs classes montrent que les méthodes graphiques permettent de conduire les enfants et les instituteurs.

- à découvrir eux-mêmes les bases de la sémiologie graphique;

- à les appliquer à la cartographie;

- à définir les éléments rigoureux d'appréciation de chaque dessin;

- à découvrir les différents usages de la carte et à faire de la classe de cartographie liée à des nombreux domaines, une classe fondamentale mais aussi une classe joyeuse.

- En utilisant la cartographie comme un outil de traitement des données (simplification de cartes complexes, construction - et non recopiage - de cartes thématiques, utilisation de collections de cartes, utilisation des matrizes cartographiques) le dessin de cartes thématiques n'est plus

um exercício estimulante, apaixonante mesmo, porque necessário à descoberta das respostas às questões levantadas.

- Nós apresentamos aqui dois exemplos desse novo mētodo de ensino da cartografia (*).

1 - A descoberta pelas próprias crianças de uma das bases da semiologia gráfica : a noção de ordem visual.

2 - A descoberta pelas próprias crianças, a partir de mapas "científicos", do mapa dos climas da França.

un devoir rebutant mais devient un exercice stimulant et même passionnant parce que nécessaire à la découverte des réponses aux questions posées.

- Nous présentons ici deux exemples de cette nouvelle mēthode d'enseignement de la cartographie (*).

1 - La découverte par les enfants eux-mêmes d'une des bases de la sémiologie graphique: la notion d'ordre visuel.

2 - La découverte par les enfants eux-mêmes et à partir des cartes "scientifiques", de la carte des climats de la France.

DESCOBERTA DA ORDEM VISUAL

EXEMPLO; A REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO PARISIENSE

Curso de 1º grau (5a. série). Crianças de 10 a 11 anos.

Meta: descobrir os meios visuais de representar a noção de ordem.

O documento original inicial é um mapa do livro de geografia (curso médio, col. "Notre Milieu", p. 5) onde as densidades de populaçãp são representadas por cores diferentes. Essas cores não estão ordenadas da mais clara à mais escura para representar uma série ordenada de densidades, o que cria uma distorção da imagem.

Trata-se então de se encontrar uma série ordenada de valores de gris (tonalidades acizentadas) para representar essas densidades, de maneira que se possa perceber imediatamente, no mapa, as zonas de menor e maior densidade (branco e preto, respectivamente), bem como as zonas intermediárias (diferentes valores de gris).

(*) - *Extraídos da tese de Doutorado de Roberto GIMENO: "L'en seignement para la graphieque", Paris, 1979.*

O mapa original contém sete classes de densidades (1). Para facilitar sua representação e leitura as crianças são levadas a reduzir a cinco o número de classes (2).

Em seguida as crianças são conduzidas a representar graficamente essas classes servindo-se apenas de um lápis ou de uma caneta tipo hidrocor preta. Diferentes proposições são sugeridas no quadro-negro. Cada coluna (3) é a proposição de uma criança.

As crianças observam que para a coluna A (4) se é forçado criar uma legenda. Para as outras colunas (B,C,D e E) "vê-se que quanto maior é o número de habitantes, mais intensa é a cor preta". Foram, aliás, as meninas que propuseram essas soluções.

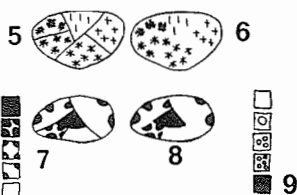
A professora pede à menina que desenhou estrelas (coluna E) para transcrever no mapa o que ela criou (5).

As crianças consideram que "não se vê muito bem as estrelas que têm muitas pontas" (5). A professora apaga os limites e se vê muito mal as diferenças entre as zonas (6).

Após uma breve reflexão coletiva se decide que a casa do alto (forte densidades) deve ser preta e a de baixo (a mais fraca densidade) deve ser branca. Para as casas intermediárias há diferentes proposições, como se vê em (7) por exemplo. Crítica: "se se apaga os traços dos limites não se vê as diferentes zonas" (8). Foi proposto o que se vê em (9). Crítica: "é o contrário do que se quer".

1	moins de 50 50 à 100 100 à 200 200 à 500 500 à 1000 1000 à 5000 plus de 5000	2	moins de 50 50 à 200 200 à 1000 1000 à 5000 plus de 5000
---	--	---	--

3	PLUS DE 5000 DE 1000 A 5000 DE 200 A 1000 DE 50 A 200 MOINS DE 50	4	<table border="1"> <thead> <tr> <th>A</th> <th>B</th> <th>C</th> <th>D</th> <th>E</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	A	B	C	D	E																														
A	B	C	D	E																																		

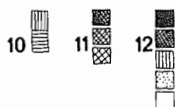


Os alunos observam que "é difícil colorir cada vez mais claro", mas "tem que se encontrar um meio para realizá-lo".

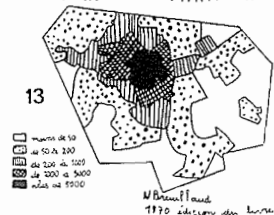
A professora faz lembrar que não se trata de colorir os quadrados da legenda, mas sim as regiões do mapa e sugere então aos alunos que se encontrem soluções desenhando as legendas em pequenas folhas de papel. Estas são fixadas no quadro-negro, dentre as quais as melhores são escolhidas e comentadas.

Algumas crianças observam que se veria melhor se, além das variações de tonalidade entre as classes, houvesse variação de forma e de orientação (elas falam de "linhas inclinadas, círculos e traços"). De fato "de longe não se vê as diferenças entre esses dois quadrados", observa uma menina com relação ao que é mostrado em (10). De perto só se percebe uma orientação diferente das linhas (horizontais ou verticais).

Todas essas reflexões e os ensaios precedentes permitem, enfim, estabelecer uma série ordenada (12) e utilizá-la para representar as densidades de população num mapa da região parisiense (13).



DENSITÉ DE POPULATION
DE LA REGION PARISIENNE



DESCOBERTA DA SÍNTESE CARTOGRÁFICA

EXEMPLO: O CLIMA DA FRANÇA

Meta: descoberta dos procedimentos que permitam fazer o mapa de síntese de vários fenômenos. Por exemplo: descobrir as variáveis climáticas dominantes da França a partir das temperaturas, das precipitações, da insolação e do relevo. Utilizaram-se como documentos originais iniciais os mapas do atlas da França e aqueles do livro de geografia.

O estudo que se segue foi conduzido em uma sala de aula de 1º grau (4a. série), frequentada por crianças de 9 a 10 anos de idade. O mesmo trabalho foi realizado, paralelamente, em outra sala de aula de crianças da 5a. série (de 10 e 11 anos). Os resultados são comparados no fim deste artigo.

1. A CONSTRUÇÃO DOS MAPAS

A professora propôs às crianças, nesta primeira etapa do trabalho, construir uma série de mapas concernentes aos fenômenos do clima. Em geral o mapa geográfico só é utilizado na escola elementar como fonte de informação fazendo parte do livro de geografia. As vezes se pede aos alunos para reproduzi-lo afim de se reter melhor as informações que ele, o mapa, contém. Este não constitui jamais o suporte de uma reflexão que tenha por objetivo maior a análise das noções que ele deve transmitir e os meios e processos utilizados para representar essas noções. De fato, a falta de relação entre a natureza das noções representadas e os meios gráficos utilizados dão, normalmente, lugar a mapas enganadores ou então, como é comum, ilegíveis. Nos dois casos eles são pouco úteis.

Os mapas sobre os quais se baseamos alunos são bastante detalhados e, acreditamos, de leitura difícil para crianças da escola elementar. Esses mapas constituíram então a base de uma reflexão coletiva que conduziu as crianças a decidirem realizar mapas mais simples. Os mapas propostos foram então simplificados pelos alunos "para se compreendê-los e vê-los melhor, pois eles eram muito complicados e difíceis de serem lidos". Além disso as crianças puderam também utilizar dados fornecidos pelos mapas das isotermas de janeiro e julho para criar um outro inexistente no livro de geografia e no atlas: o das diferenças de temperaturas entre janeiro e julho.

CONSTRUÇÃO DE UM "FUNDO DE CARTA" DA FRANÇA (1), A realização de um fundo de carta simplificado da França precedeu ao estudo dos fenômenos do clima. Esse fundo será usado, quando necessário, para indicar a distribuição dos fenômenos.

Um mínimo de pontos de referência foram escolhidos para nele figurar afim de facilitar a construção dos outros mapas. Após reflexão coletiva os alunos decidiram representar os quatro maiores rios da França (Loire, Ródano, Garona e Sena) mais o rio Saona (afluente do Ródano) e algumas cidades, cuja situação geográfica lhes parecia útil como referência: Paris, Lyon, Marseil-le, Bordeaux, Strasburg, Rennes, etc. Os traçados tortuosos dos rios deviam contrastar com o traçado mais retilíneo do contorno do país. O conjunto de elementos representados no fundo de carta não deveria perturbar a leitura dos fenômenos que ali iam ser representados mas, ao contrário, torná-lo mais rico.

MAPA DA DURAÇÃO MÉDIA DA INSOLAÇÃO ANUAL (2), O mapa proposto às crianças é fixado no quadro-negro. Ele é de formato grande e comporta dez classes de valores. A sua observação e o estudo da legenda permitem às crianças concluir que seria interessante reagrupar as classes de valores afim de se reduzi-las a quatro ou cinco e, com isso,

se obter uma imagem mais simples. O trabalho é feito, em primeiro lugar, coletivamente, sobre um calque vegetal colocado sobre o mapa original fixado no quadro-negro. Esta operação tem por objetivo traçar os limites dos quatro tipos de zonas correspondentes às quatro classes de valores já determinados. Traços retos permitem simplificar os contornos sem contudo eliminar os detalhes essenciais.

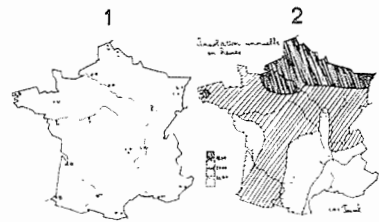
Será necessário agora diferenciar as zonas assim delimitadas. As crianças observam que a legenda é constituída por uma série de números ordenados que vai de "menos de 1600" (o menor número de horas de insolação) a "mais de 2600" (o maior número de insolação).

Cada equipe realizou numerosos ensaios para descobrir uma gama de valores que permitisse transcrever aquela ordem.

As soluções propostas são de três tipos:

- gama de cores ordenadas da mais "fria" à mais "quente". Por exemplo: uma cor "fria" para as "poucas horas de insolação" (azul-esverdeado escuro); uma cor "quente" para as "muitas horas de insolação" (vermelho); cores intermediárias para passar do azul-esverdeado escuro ao vermelho (amarelo e laranja);

- gama de cores ordenadas segundo seus valores. As crianças observam que o amarelo é sempre mais claro que o vermelho, o verde, o azul... Em compensação eles observam que lhes é possível obter um vermelho bastante escuro e um verde bastante claro. Eles utilizam essa variação de valor da cor para construir gamas de cores ordenadas. Entretanto, a operação torna-se difícil por causa dos materiais utilizados na operação (normalmente canetas tipo hidrocor). A confrontação dos resultados e a crítica coletiva permitem melhorar as gamas propostas e determi-



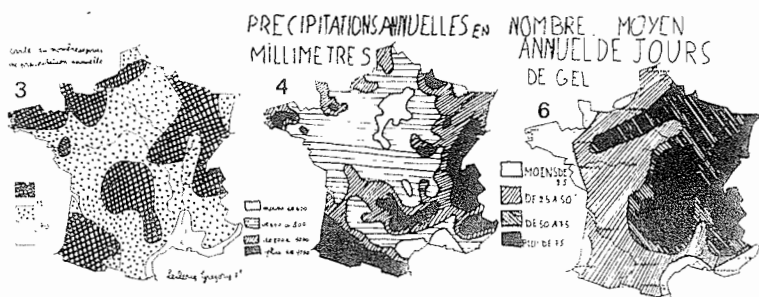
nam uma espécie de adaptação do olho à percepção das variações de valores.

- gama monocromática ordenada. As variações de valor são obtidas por diversos métodos: pontilhados ou hachuras mais ou menos densos e que podem ser reproduzidos sem dificuldades em preto e branco. A essa grande vantagem se somam a facilidade de realização e um maior domínio dos meios disponíveis. É a solução que será adotada por um número cada vez maior de crianças quando da realização dos outros mapas.

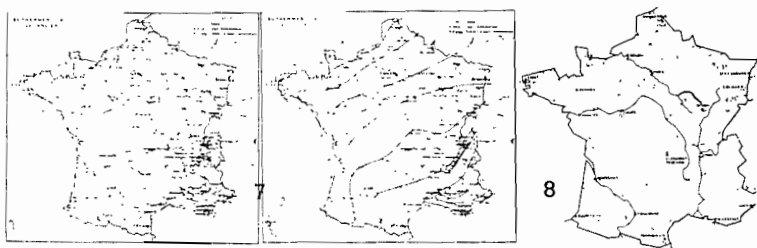
MAPA DAS PRECIPITAÇÕES MÉDIAS ANUAIS EM NÚMERO DE DIAS (3). Neste mapa reduziu-se o número de classes visuais a três e o trabalho das crianças consistiu principalmente na transcrição dessas classes através de cores ordenadas segundo seus valores.

MAPA DAS PRECIPITAÇÕES MÉDIAS ANUAIS EM MILÍMETROS (4). A maior parte dos alunos já realiza agora os mapas monocromáticos (5), os quais lhes permitem obter mais rapidamente, e com menos esforço e dificuldades, resultados mais eficientes que os mapas em policromia precedentemente realizados. As 11 classes de valores do mapa original foram reduzidas a 3. Para transcrevê-las se adotará sempre o mesmo princípio: os dados de maior valor são representados pela cor mais escura, ou pelo preto e os de menor valor, pela cor mais clara ou pelo branco.

MAPA DO NÚMERO MÉDIO ANUAL DE DIAS DE GELO (6). Ele é o quarto mapa realizado pelas crianças. Nesse momento já é possível dizer que os objetivos visados foram atingidos, pois as crianças dominam os processos de realização gráfica. Elas são capazes de analisar um mapa complexo, determinar os elementos es-



senciais que esse mapa propõe transmitir, criticar os métodos de representação gráfica utilizados e, eventualmente, adotar soluções eficientes. O mapa em questão proposto (dias de gelo...) com porta somente 4 classes de valores. As crianças coube apenas sim plificar o contorno das zonas.

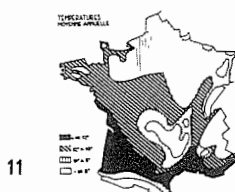
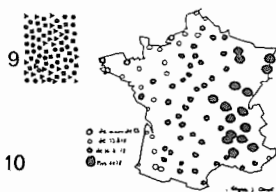


MAPA DAS DIFERENÇAS DE TEMPERATURAS ENTRE JANEIRO E JULHO (EM °C).



Os mapas das isotermas de janeiro e julho são propostos às crianças (7). O problema agora é saber em quais regiões existe uma grande variação de temperaturas entre o verão e o inverno (julho e janeiro, respectivamente, no hemisfério norte) e onde os verões são mais uaves e os invernos temperados.

As crianças trabalham em equipe. A partir desses dois mapas elas calculam, para o maior número possível de cidades, a diferença entre as temperaturas de janeiro e julho e, em seguida, anotam os resultados (em números) num fundo de carta (8)



Trata-se agora de visualizar esses resultados para se perceber a distribuição desses fenômenos e também saber se essa distribuição é significativa.

Alguns alunos propõem ligar por uma linha os pontos de mesma diferença de temperatura. Os ensaios realizados mostram que as dificuldades desta operação são enormes e os resultados não podem ser tão interessantes quanto se espera.

Outros alunos pensam que se poderia determinar zonas de mesma diferença de temperatura. O exame dessa proposta levanta um primeiro problema: as diferenças de temperatura variam entre 9° e 12° e seria necessário reagrupá-las para se evitar um mapa muito complexo. As crianças são conduzidas a observar a distribuição e a frequência dos números anotados no mapa e chegam a determinar 4 classes de valores: menos de 13° , de 13° a 15° , de 16° a 18° e mais de 18° . Porém, as tentativas realizadas no sentido de se delimitar as zonas correspondentes a cada classe de valor não satisfazem às crianças. Frequentemente lhes era impossível decidir por onde os limites deveriam passar ou qual seria a dimensão de uma zona contendo apenas um ou dois pontos isolados. Uma representação desse tipo corre o risco de transmitir uma informação falsa. Se se leveasse em conta um número maior de pontos o mapa poderia ser completamente diferente. De fato a visualização apenas dos pontos indicados permitirá um maior rigor na representação e não introduziria possíveis erros.

Uma pesquisa individual tem por objetivo encontrar uma representação eficiente. A confrontação dos resultados permite decidir que seria necessário imaginar quatro tipos de pontos diferentes, introduzindo assim uma noção de ordem, pois as 4 classes de valores são ordenadas.

As propostas utilizando uma variação de forma (9) são, de saída, rejeitadas. Na verdade, pontos de formas diferentes não têm a propriedade de construir zonas diferentes. Muito pelo contrário, eles criam um conjunto homogêneo do ponto de vista perceptivo. Esta solução, totalmente, ineficaz, é, infelizmente, ainda adotada com frequência. As crianças descobrem, quando da sessão de pesquisa, que a cor cria zonas diferentes. Elas constroem então um mapa onde as diferenças de temperaturas são representadas por pontos de cores diferentes. Essa diferença é reforçada por uma variação de tamanho e por uma variação de valor, fato que permite construir uma gama ordenada. Os pequenos pontos, de uma cor clara, representam as pequenas diferenças de tempera-

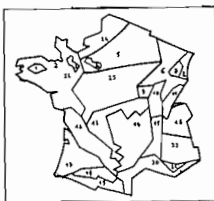
tura (menos de 13°) e os grandes, de uma cor mais escura, representam as grandes diferenças de temperatura (mais de 18°) (10).

MAPA DAS TEMPERATURAS MÉDIAS ANUAIS. Para se ganhar tempo distribuem-se às crianças alguns exemplares de mapas dessas temperaturas já simplificados (11), pois considerou-se que os alunos já dominam os princípios de sua construção.

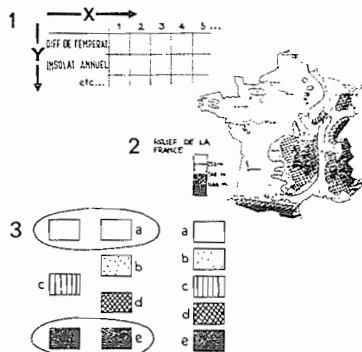
MAPA DAS REGIÕES. A professora tem como objetivo conduzir as crianças a descobrir a relação entre o conjunto de fenômenos estudados e as diferentes regiões da França, para, desse modo, estabelecer uma tipologia em função do clima. Os mapas geológico e das altitudes (mapa) hipsométrico dos atlas da França são propostos aos alunos afim de que eles delimitem essas regiões. As crianças traçam, coletivamente, em papel vegetal, os limites das grandes zonas geológicas que têm cores diferentes (12). Esses limites são construídos de traços retos, afim de se obter uma imagem simples. O primeiro desenho, em papel vegetal, é, em seguida, superposto ao mapa das altitudes, o que permite reconstruir certos limites, bem como adicionar outros. As regiões são identificadas e numeradas no mapa para se poder localizá-las facilmente (13).



12



13



3

As regiões são identificadas e numeradas no mapa para se poder localizá-las facilmente (13).

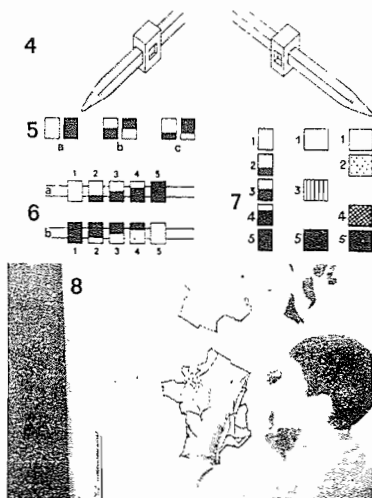
2 - A CONSTRUÇÃO DA MATRIZ

A meta de todas as operações precedentes foi a preparação de documentos que permitissem às crianças descobrir as relações existentes entre as regiões e os fenômenos do clima. A professora pergunta então "como relacionar as regiões e os outros mapas". Sem exitar os alunos propõem construir um "tableau". Se colocaria em X os números correspondentes às 25 regiões em em Y os nomes dos mapas (1).

Quando da confrontação dos mapas as crianças observam que há uma certa correlação entre regiões e a distribuição geográfica dos fenômenos estudados. Decide-se então introduzir na matriz o mapa do relevo para verificar essa relação em outras regiões. Rapidamente se construiu o "mapa das altitudes" (2) e a variável "altitudes em metros" é adicionada à lista de caracteres. Outros caracteres do mesmo tipo, por exemplo, ("litoral", "costa", etc.), poderiam ser igualmente acrescentados afim de se descobrir novas relações.

Cinco classes de valores a serem transcritos na matriz. A professora sugere que as legendas dos mapas construídos pelas crianças sejam constituídas de três ou quatro classes de valores. Os alunos recordam que sempre haverá uma classe em "branco" (3a) e outra em "preto" (3e). Essas duas classes, mais as três intermediárias em tons gris (cinza) (b,c,d), constituem uma gama de 5 valores de gris que permitirá representar sobre o quadro-negro todos os dados disponíveis.

O material utilizado na construção da matriz. A professora propõe um material constituído de pequenos cubos (denominados "dominões") que tem dois furos quadrados perpendiculares. Esses furos permitem enfileirar os "dominões" em pequenas varetas



de secção quadrada, tanto no sentido das linhas (X) quanto no sentido das colunas (Y) (4). Hã três tipos de "dominõs":

- branco de um lado e preto do lado oposto (5a);
- metade branco e preto de cada lado (5b);
- cada face ã dividida em 1/4 e 3/4. De um lado 1/4 da face preto e 3/4 sã brancos. Do outro lado ã o inverso: 3/4 sã pretos e 1/4 branco (5c).

Com esses três tipos de "dominõs" ã possível construir uma gama ordenada constituída de 5 classes de valores visuais: branco, três gris intermediários e preto (6). A inversão da sãrie (6a), ordenada do branco ao preto, permite ver as faces que estavam do outro lado, as quais constituem uma outra gama ordenada do preto ao branco (6b). Trata-se então de um material "conversível", propriedades que ã, as vezes, bastante útil quando dos tratamentos de dados (permutação de linhas e colunas).

Representação das cinco classes de valores visuais em um "tableau" de entrada dupla. Duas propostas sã feitas pelas crianças:

- reproduzir cada "dominõ" no "tableau";
- numerar os "dominõs" de 1 a 5 (6a) e preencher o "tableau" com os números correspondentes.

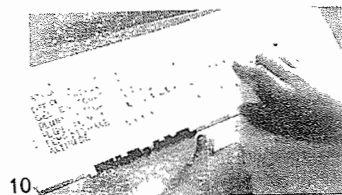
Adotou-se essa segunda idãia, pois "isto permite andar mais rápido. Se a gente os reproduzisse no "tableau" se perderia tempo", observam as crianças.

Em seguida atribuiu-se a cada uma das classes de valores da legenda de cada mapa o número do "dominõ" correspondente: ãs legendas comportando três classes de valores as crianças acrescentaram os números 1, 3 e 5 e ãquelas comportando 4 classes eles acrescentaram os números 1, 2, 4 e 5 (7)

Preenchimento do "tableau" de entrada dupla. As crianças trabalham em equipe. Para preencher uma linha do "tableau", a do número médio de dias de gãlo, por exemplo, eles perpõem ao mapa correspondente o mapa das regiões de

9

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
JOURS DE GEL	1	1	4	4	4	5	5	5	5	4	

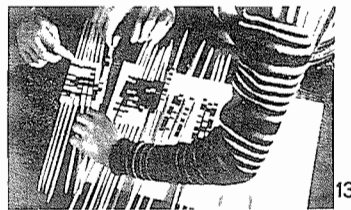
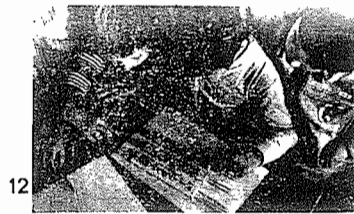
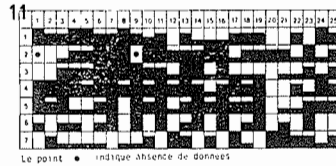


senhado em papel vegetal. Isto lhes permite analisar cada uma das 25 regiões em função do número médio anual de dias de gelo (8). Em alguns casos aparecem, no meio de uma região, duas ou três classes de valores diferentes. Neste caso anotam-se no "tableau" o número correspondente à classe dominante, ou seja, aquela que ocupa maior espaço(9).

Cada equipe constrói com o material próprio uma matriz e trabalha independentemente. Esta matriz (11) é a transcrição visual dos dados numerados do "tableau" (10). Cada coluna representa uma região e cada uma delas é identificada pelo número que lhe é atribuído. Os fenômenos do clima e as altitudes constituem as linhas do "tableau", também identificadas por números

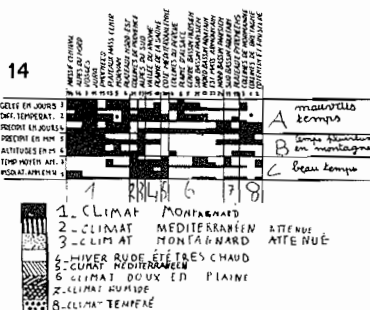
Permutação de linhas e colunas. A permutação das linhas (12) permite descobrir 3 grupos de caracteres que se assemelham.

Após montados os "dominões" no sentido das colunas uma nova permutação é feita para reagrupar essas últimas (13). Ao fim desta operação as equipes têm imagens quase idênticas. A confrontação dessas imagens permite escolher uma que seja a síntese do conjunto.



Essa imagem (14), desenhada sobre uma folha de papel e fixada no quadro-negro, servirá à interpretação dos resultados.

3 - INTERPRETAÇÃO DA MATRIZ. Os traços mais grossos separam os três grupos de caracteres (14 A, B, C). A professora chama primeiramente a atenção das crianças sobre os grupos de caracteres e os leva a encontrar um título para cada um.



Cada grupo de regiões será em seguida definido em função dos elementos que o caracterizam. Os alunos tomam, assim, consciência de que há duas regiões idênticas do ponto de vista climático. Somente os caracteres dominantes permitem reagrupá-las. Nas regiões do grupo 1, por exemplo, os invernos são rudes e a temperatura anual é baixa, salvo uma exceção: o Maciço Central. Há pouco sol, menos no Maciço Central e nos Alpes do Norte. O número de dias de gelo é bastante elevado (salvo nos Pirineus) e chove muito. As "altitudes em metros" mostram que essas regiões têm grandes altitudes. As crianças concluem: "Trata-se de características de regiões montanhosas". Pareceu-lhes interessante esboçar essas regiões no mapa de síntese. O mesmo raciocínio foi seguido por cada um dos sete grupos restantes. A situação geográfica permite às crianças tomar consciência da influência do oceano ou das montanhas sobre o clima e considerar essa variável suplementar durante a interpretação dos resultados.

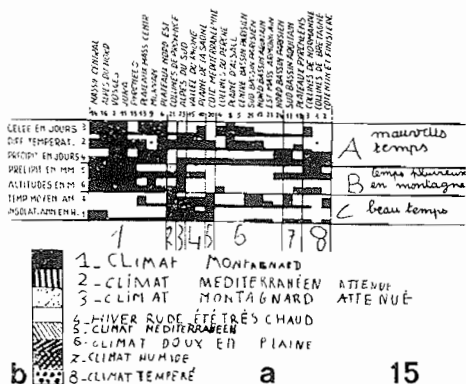
Dois noções fundamentais marcaram o espírito das crianças quando da realização desta experiência. Primeiro, a noção de exceção. Estas exceções são bem visíveis num conjunto homogêneo no interior de uma matriz. Em seguida, a noção de continuidade do clima. De fato alguns caracteres permitem definir uma continuidade entre dois grupos vizinhos.

A correspondência de cada um dos oito tipos de climas com os oito grupos de regiões é assim uma tendência resultante da combinação dos caracteres considerados.

4 - O MAPA DE SÍNTESE

Os oito tipos de climas são representados no mapa. A cada um deles (15a) é atribuído um símbolo (15b) que permite vi-
sualizar as regiões as regiões sobre o mapa final (16).

O discurso de interpretação. O conjunto das imagens ao qual chegaram as crianças durante a fase do tratamento dos dados (15) lhes permitiu estruturar seu discurso e redigir um texto constituído das informações descobertas, mais as informações sobre o assunto estudado.



5 - COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS COM OS DE OUTRA CLASSE

As etapas seguidas pelos alunos da outra classe (5a. série) mencionada no início deste artigo apresentam certas diferenças com relação ao que foi realizado pelas crianças da 4a. série. Os resultados são, porém, bastante parecidos (17).

O nível desta última classe (alunos mais adiantados) permite realizar um estudo mais aprofundado. Enquanto que os mapas realizados pela 4a. série só comportam três ou quatro classes de

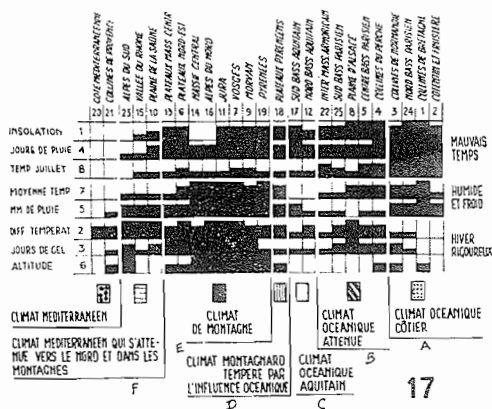


16

valores visuais, os construídos pela 5a. série têm quatro ou cinco. O número de pontos sobre os quais foram calculadas as diferenças de temperaturas foi também maior aqui.

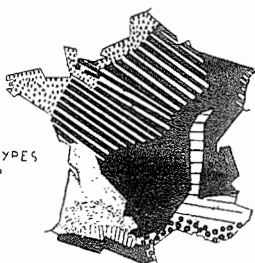
A CONFRONTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS DUAS CLASSES (16 E 18).

Esta confrontação permite constatar que a imagem obtida pela 5a. série é mais cheia de nuances e que seus agrupamentos são menos nitidamente definidos. Um caractere suplementar a mais foi considerado durante o tratamento de dados: as "temperaturas de julho". De fato, as crianças observam que a temperatura média anual de cidades como Chambéry e Brest é a mesma. Porém, a diferença das temperaturas entre janeiro e julho (21° para Chambéry e 10° para Brest) não permite saber, por exemplo, se faz mais calor no verão em Chambéry do que em Brest. Daí o porquê das crianças que consideram útil essa informação (as temperaturas de julho) e a introduziram na matriz. O preto representando os verões mais frios reforça, assim, o grupo de regiões (g) da matriz caracterizadas por um clima denominado pelas crianças de "oceano costeiro" ou "temperado" (17).



DIVERS TYPES DE CLIMATS

18



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Durante a realização dessas experiências o pesquisador deixou-se guiar principalmente pela intuição e pela lógica da criança e pela sua experiência como antigo professor da escola elementar. Seus trabalhos estão condensados no livro extraído de sua tese de doutoramento que acaba de ser publicado, cuja tradução para o Brasil se constituiria em uma grande contribuição à pedagogia moderna:

GIMENO, Roberto. Apprendre à l'école para la graphique. RETZ, Paris.

Outras obras mais técnicas podem, entretanto, serem consultadas como subsídios ao assunto:

A - OBRAS GERAIS:

BERTIN, Jacques. Sémiologie graphique. 2a. ed. Mouton-Gauthiers-Vilars, Paris-La-Haye, 1973, 431 pp.

_____. La graphique et le traitement graphique de l'information. Flammarion, Paris, 1977, 273 pp.

BONIN, Serge. Initiation à la graphique. L'Epi, Paris, 1975, 171 pp.

B - ARTIGOS:

BERTIN, Jacques. La graphique. Communications, nº 15, Paris, 1970.

_____. Le test de base de la graphique. Bul. du Comité Français de Cartographie, Paris, nº 79, março, 1979.

_____. O teste de base da representação gráfica. Trad. Antonio Teixeira Neto. Rev. Bras. de Geografia, Rio de Janeiro, 42(1): 160-182, jan/mar, 1980.

BONIN, Serge. Les problèmes rencontrés dans l'utilisation d'une matrice ordonnable. Espace géographique, Paris, 4:218-232, 1977.

_____. La représentation graphique des données chiffrées

es. In: "Comment editer une publication administrative". Documentation Française, Paris, 2, 1977.

_____. Principes généraux de la graphique et applications. A.C.T.A., Paris, mai, 1977.

GRONOFF, J. Daniel. Cartes et graphiques dans la presse. Communication et langage, Paris, 17, 1973.

_____. Les cartes: des images comme les autres. Feuilles du Centre de Formation des Journalistes, Paris, 61:18-22 1978.

METZ, Christian. Essais sémiotiques: réflexions sur la sémiologie graphique de Jacques Bertin. Klincksieck esthétique, Paris, 1971.